



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MILENA NAYANE FREIRE TRINDADE

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E EM
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

São Luís

2026

MILENA NAYANE FREIRE TRINDADE

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E EM
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia,
da Universidade Federal do Maranhão, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada/o em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sirlene Mota Pinheiro da
Silva.

São Luís

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Trindade, Milena Nayane Freire.

Gênero e sexualidade na formação docente continuada e em práticas pedagógicas na Educação Infantil / Milena Nayane Freire Trindade. - 2026.

98 p.

Orientador(a): Sirlene Mota Pinheiro da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Educação Infantil. 2. Relações de Gênero. 3. Formação Continuada. 4. Curso Corps e Diversidade Na Educação. I. Silva, Sirlene Mota Pinheiro da. II. Título.

MILENA NAYANE FREIRE TRINDADE

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E EM
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Aprovada em 22/ 01/2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva (Orientadora)
Doutora em Educação - UFMA

Profa. Dra. Patrícia Costa Ataíde (2º Examinadora)
Doutora em Educação - UFMA

3º Examinadora
Profa. Dra. Elisângela Santos de Amorim (3º Examinadora)
Doutora em Educação - UFMA

A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos; ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se 'despir' (Louro, 1997).

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, autor e sustentador de todas as coisas. Foi nele que encontrei força, esperança e perseverança para seguir, mesmo diante dos desafios ao longo da minha caminhada. Se hoje chego até aqui, é porque ele foi e continua sendo o alicerce que me sustentou em todos os momentos.

À minha avó Helena (in memoriam), que, de algum lugar, sei que contempla este momento com orgulho. Sua memória e seu amor seguem vivos em mim e me acompanham em cada conquista.

À minha família expresso minha profunda gratidão por todo o apoio, incentivo e amor incondicional. Vocês foram essenciais para que eu acreditasse que era possível chegar até aqui, mesmo quando o caminho parecia difícil. Cada palavra de apoio e cada gesto de cuidado fizeram a diferença nessa trajetória.

Em especial, à minha mãe, minha maior inspiração e força diária. Sem o seu amor, cuidado e incentivo constante, nada disso seria possível. Sua presença, suas orações e sua confiança em mim me sustentaram ao chegar até aqui me ensinando a não desistir dos meus sonhos.

À minha irmã Camila, agradeço pelo apoio e incentivo constantes. Compartilhar trajetórias semelhantes no campo da educação possibilitou trocas, aprendizados e inspirações mútuas, que contribuíram significativamente para nossa formação pessoal e profissional.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota, meus sinceros agradecimentos pela orientação atenta, pela dedicação e pela sensibilidade ao longo deste percurso. Foi a partir da disciplina por ela ministrada que surgiu meu interesse pela pesquisa, e, por meio de seus ensinamentos, foi possível construir aprendizagens fundamentais para minha formação acadêmica e humana.

À minha amiga Camila Raquel, que caminha comigo desde os tempos de escola e segue presente em cada etapa da minha vida. Obrigada pela parceria, pelo apoio constante, pelas conversas, risadas e pela força nos momentos que compartilhei durante essa caminhada.

Por fim, agradeço a mim mesma, por não desistir. Por seguir em frente mesmo diante dos desafios, das dúvidas e dos momentos de cansaço. Cada obstáculo enfrentado contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional que me trouxe até aqui.

RESUMO

Entende-se que a primeira infância é o momento em que as relações de gênero começam a ser socialmente reproduzidas, por meio da linguagem, das brincadeiras e dos comportamentos cotidianos. Observa-se que meninas e meninos muitas vezes recebem tratamentos diferenciados, com expectativas específicas atribuídas a cada sexo. O presente estudo tem como objetivo compreender se e de que forma as práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil que participaram do curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)*, sendo este a ação formativa do projeto de pesquisa-intervenção “*Corpos e Diversidade na Formação Continuada e nas Práticas Pedagógicas*”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Pedagógicas (GESEPE), contribuem para o enfrentamento dos estereótipos de gênero no cotidiano escolar. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, levantamento e seleção de produções acadêmicas publicadas entre 2021 a 2025, na base de dados da CAPES, com características do Estado da Questão conforme proposta por Nóbrega-Therrien e Therrien (2004). A produção de dados empíricos ocorreu por meio de observação direta durante as oficinas formativas do curso CDE e da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, organizadas segundo a escala Likert (1932), dos quais participaram quatro professoras que atuam na Educação Infantil. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, articulada ao referencial teórico dos estudos de gênero, com contribuições de Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997), Judith Butler (2003) e Michel Foucault (1997). Os resultados indicam que a formação continuada possibilitou às professoras ampliar suas reflexões sobre gênero, corpo e sexualidade, favorecendo a problematização de práticas pedagógicas naturalizadas e a construção de estratégias voltadas para uma educação antissexista. Conclui-se que o curso CDE contribui significativamente para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a promoção da equidade de gênero na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Relações de Gênero. Formação Continuada. Curso, *Corpos e Diversidade na Educação*.

ABSTRACT

It is understood that early childhood is the time when gender relations begin to be socially reproduced through language, play, and everyday behaviors. It is observed that girls and boys often receive different treatment, with specific expectations attributed to each sex. This study aims to understand if and how the pedagogical practices of early childhood education teachers who participated in the Bodies and Diversity in Education (CDE) course a formative action of the research-intervention project "Bodies and Diversity in Continuing Education and Pedagogical Practices," developed by the Study and Research Group on Gender and Sexuality in Pedagogical Practices (GESEPE) contribute to confronting gender stereotypes in the school environment. This research adopts a qualitative approach, with a literature review, survey, and selection of academic productions published between 2021 and 2025 in the CAPES database, with characteristics of the State of the Art as proposed by Nóbrega-Therrien and Therrien (2004). Empirical data production occurred through direct observation during the CDE course training workshops and the application of questionnaires with open and closed questions, organized according to the Likert scale (1932), in which four teachers working in Early Childhood Education participated. Data analysis was carried out in a descriptive and interpretive manner, articulated with the theoretical framework of gender studies, with contributions from Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997), Judith Butler (2003), and Michel Foucault (1997). The results indicate that continuing education enabled teachers to broaden their reflections on gender, body, and sexuality, favoring the questioning of naturalized pedagogical practices and the construction of strategies aimed at anti-sexist education. It is concluded that the CDE course contributes significantly to strengthening more critical, inclusive pedagogical practices committed to promoting gender equity in Early Childhood Education.

Keywords: Early Childhood Education; Gender Relations; Continuing Education; Bodies and Diversity in Education Course.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quantitativo de Produções sobre “Educação infantil, Sexualidade, Formação Continuada”	29
Quadro 2- Produções selecionadas sobre “Educação Infantil”, “Sexualidade” e “Formação Continuada”	30
Quadro 3 - Quantitativo de Produções sobre “Relações de Gênero”, “Práticas Pedagógicas”, “Educação Infantil”	34
Quadro 4 - Produções selecionadas sobre “Relações de gênero”, “Práticas Pedagógicas” e “Educação Infantil”	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária das participantes.....	69
Gráfico 2 - Nível de formação das participantes.....	70
Gráfico 3 - Idade das crianças com as quais as participantes atuam.....	70
Gráfico 4 - Participação em cursos sobre gênero e sexualidade.....	71
Gráfico 5 - Motivação das participantes no curso.....	72
Gráfico 6 - Frequência de situações cotidianas às questões de gênero.....	74
Gráfico 7 - Contribuições do curso CDE (Parte 1).....	76
Gráfico 8 - Contribuições do curso CDE (parte 2).....	77

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDE - Corpos e Diversidade na Educação

EMEIs - Escolas Municipais de Educação Infantil

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão

GESEPE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Percurso metodológico.....	17
2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?.....	23
2.1 Gênero e sexualidade como construção social: marcos teóricos.....	24
2.2 Formação continuada: diálogos entre gênero, sexualidade e educação sexual.....	28
2.3 Práticas pedagógicas e as relações de gênero na primeira infância...34	
3 RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	40
3.1 Organização do Espaço: reforça ou questiona estereótipos de gênero?	42
3.2 “Menina brinca de boneca e menino de carrinho?”.....	48
3.3 Linguagem oral e gênero no cotidiano escolar.....	55
4 FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE NO CURSO CDE.....	60
4.1 Possibilidades para uma Educação Antissexista.....	64
4.2 As vozes das professoras: contribuições do curso CDE.....	68
4.3 As oficinas como espaço formativo.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A -ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	96

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui o primeiro espaço de socialização institucionalizado na trajetória das crianças, onde se estabelecem as bases para suas relações interpessoais. Nesse ambiente, as crianças não apenas vivenciam suas primeiras experiências coletivas fora do âmbito familiar, mas também experienciam processos cruciais de socialização que moldam suas percepções sobre a sociedade.

É na primeira infância que as relações de gênero começam a ser socialmente reproduzidas, por meio da linguagem, das brincadeiras e dos comportamentos cotidianos. Observa-se que meninas e meninos muitas vezes recebem tratamentos diferenciados, com expectativas específicas atribuídas a cada sexo. Essa diferenciação torna-se evidente nas interações pedagógicas, especialmente na forma como as professoras/as se relacionam com as crianças no cotidiano escolar.

Percebe-se que as crianças são tratadas de forma diferenciada, com atributos específicos como: meninas são associadas características como delicadeza e docilidade, os meninos costumam ser vistos como mais ativos e agitados. Essas distinções reforçam estereótipos de gênero que influenciam diretamente na construção de características entendidas como “próprias” e “normais” para cada gênero.

Os significados atribuídos ao gênero são construídos socialmente e acabam sendo incorporados pelos corpos de meninos e meninas desde a infância. Desde muito cedo, as crianças são submetidas a processos de masculinização e feminilização, que contribuem para moldá-los de acordo com os papéis tradicionalmente atribuídos ao que se entende por 'meninas comportadas' ou 'meninos arteiros' Finco(2007).

No entanto, quando meninas e meninos não se enquadram nas normas construídas socialmente reforçadas tanto pelo padrão imposto pela sociedade quanto pelo próprio sistema educacional acabam sendo discriminados ou até silenciados em relação à sua maneira de ser, agir e expressar-se. Essas imposições limitam o desenvolvimento pleno das crianças e restringem sua liberdade de experimentar o mundo de acordo com suas próprias vivências, afetando não apenas a autoestima, mas também as relações que constroem nesse espaço. Ao não se sentirem acolhidos em sua singularidade, essas crianças enfrentam barreiras que

comprometem sua formação integral e suas relações futuras.

Foucault (1988) diz muito da relação de poder que envolve o ato de educar e as implicações sociais que sistematizam o controle sobre as crianças e como eles/as sofrem influência da sociedade, escola e da família. Observa-se que ainda hoje as instituições de Educação Infantil refletem papéis socialmente construídos por parte de comportamentos que pretendem seguir por parte da sociedade sobre meninos e meninas.

Dessa maneira, a atuação docente assume um papel central na des(construção) de estereótipos de gênero desde da Educação Infantil. As professoras(es), que constituem a maioria nessa etapa educacional, são agentes fundamentais na mediação dessas interações, podendo tanto reforçar estereótipos quanto promover práticas pedagógicas que promovam a equidade. No entanto, observa-se que, em muitos casos, essas profissionais não recebem formação adequada pelas instituições para abordar criticamente as temáticas relacionadas aos gêneros em seu cotidiano escolar.

Assim, busca-se com este estudo refletir sobre práticas pedagógicas que evitem a reprodução de desigualdades entre meninos e meninas no ambiente escolar. Muitas dessas desigualdades se manifestam de forma sutil e cotidiana, como na separação por sexo em atividades, brincadeiras, na organização das rotinas escolares ou em outras formas de socialização que reforçam estereótipos. Pretende-se discutir e propor práticas pedagógicas antissexistas que contribuam para uma educação mais equitativa e inclusiva desde os primeiros anos da vida escolar.

Como destaca Louro (1997), “as escolas contribuem para a construção das identidades de gênero, reproduzindo ou questionando os modelos tradicionais”. Por isso, é fundamental que a Educação Infantil adote práticas que evitem reforçar desigualdades entre meninos e meninas, como ocorre, por exemplo, na separação por gênero em atividades rotineiras. Assim, percebe-se que professoras e professores da Educação Infantil não possuem conhecimentos gerais sobre as discussões que envolvem gênero e sexualidade na escola, essas temáticas permanecem, muitas vezes, silenciadas pelas próprias instituições de ensino, seja pela ausência de formações continuadas voltadas à temática, seja pela falta de interesse ou iniciativa por parte de alguns/as docentes em buscar esse tipo de aprimoramento.

Diante dessas reflexões, surgiu a necessidade de desenvolver a presente pesquisa intitulada como “Gênero e sexualidade na formação docente continuada e em práticas pedagógicas na Educação infantil”. A proposta foi idealizada junto com a Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva, no âmbito do curso “*Corpos e Diversidade na Educação - CDE*”, sendo este uma ação formativa do projeto de pesquisa-intervenção “Corpos e Diversidade na Formação Continuada e nas Práticas Pedagógicas desenvolvido pelo grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), nos municípios de São Luís, Imperatriz e Santa Inês, no estado do Maranhão.

Vale ressaltar ainda que o primeiro módulo do curso CDE, “Gênero e Diversidade na Educação”, com 60 horas de atividades, foi desenvolvido na turma de São Luís - MA, no contexto do componente curricular Estágio em Formação de Formadores, ministrado no 8º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esse estágio tem como objetivo articular teoria e prática na formação docente, por meio de ações educativas planejadas e executadas pelos/as licenciandos/as.

O interesse em realizar este estudo foi despertado inicialmente no âmbito da disciplina de Pesquisa Educacional I, desenvolvida sob a orientação da professora Sirlene Mota, momento em que foi realizado um estudo voltado para essa temática. Além disso, as vivências em instituições de Educação Infantil contribuíram de forma significativa para a consolidação do interesse investigativo, ao evidenciar como as relações de gênero atravessam o cotidiano escolar, as interações e as práticas docentes. Essas experiências reforçaram a importância da formação continuada como espaço de reflexão e problematização das concepções que orientam o fazer pedagógico.

Nesse sentido, o curso configurou-se como uma oportunidade de articular os estudos desenvolvidos no âmbito da formação acadêmica com as vivências experienciadas nas instituições de Educação Infantil, possibilitando a aproximação entre teoria e prática. Essa junção favoreceu a ampliação do olhar investigativo sobre as relações de gênero no cotidiano escolar, bem como a problematização de concepções e práticas docentes que, muitas vezes, passam despercebidas na rotina educativa.

Nesse sentido, a formação continuada apresenta-se como um espaço fundamental para ampliar os conhecimentos das professoras e problematizar concepções que atravessam o cotidiano da Educação Infantil. Assim, destaca-se o papel da formação continuada na construção de olhares mais críticos e conscientes, capazes de ampliar a compreensão sobre as expressões de meninos e meninas para além de expectativas e normas socialmente estabelecidas. Além de percebermos que se torna indispensável refletir sobre como as práticas pedagógicas adotadas por professoras/es podem contribuir para a reprodução ou desconstrução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar.

Diante disso, este estudo propõe-se a investigar a seguinte questão: As práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil que participaram do curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)* reproduzem estereótipos de gênero ou contestam o sexismo no cotidiano escolar? De que forma a formação continuada influencia essas práticas?

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender se e como as práticas pedagógicas de professoras da educação infantil que realizaram o Curso CDE, atuam no combate aos estereótipos de gênero no cotidiano escolar. Nos objetivos específicos buscou-se:

- Discutir as principais contribuições teóricas sobre as relações de gênero na Educação Infantil, destacando de que forma as práticas pedagógicas podem ser ressignificadas nesse espaço, por meio de levantamento e análise de produções acadêmicas.
- Investigar como as práticas pedagógicas (brincadeiras, organização do espaço e linguagem) podem (re)produzir ou problematizar estereótipos de gênero no cotidiano escolar.
- Reconhecer as contribuições do Curso CDE, em relação aos desafios e possibilidades enfrentados pelas professoras na promoção de uma educação antissexista na educação infantil.

Diante dos objetivos específicos delineados nesta pesquisa, fez-se necessário delinear um percurso metodológico capaz de compreender experiências, percepções e significados atribuídos pelas professoras participantes. Assim,

optou-se por uma abordagem qualitativa, que possibilita uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, articulando revisão de literatura, observação direta e aplicação de questionários às professoras participantes. Tal percurso metodológico permitiu analisar como as questões que envolvem gênero e sexualidade se manifestam no cotidiano escolar e de que forma a formação continuada pode ser uma ferramenta capaz de contribuir significativamente para a reflexão e (re)significação das práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras que atuam na Educação Infantil.

1.1 Percurso metodológico

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa uma vez que, busca compreender como as relações de gênero se constituem nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, tomado como eixo central a formação continuada das professoras participantes do curso *Corpos e Diversidade na Educação* (CDE), promovido pelo grupo GESEPE e organizado pelas professoras Sirlene Mota e Zeila de Albuquerque.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), “na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” Isso significa que, nesse tipo de pesquisa, os dados são coletados diretamente no contexto onde os fenômenos ocorrem, sem interferência artificial, e o/a pesquisador/a desempenha um papel ativo na observação, interpretação e análise desses dados. Nesse sentido, Minayo (2001, p. 34) complementa que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Sendo assim, isso evidencia que a abordagem qualitativa não busca mensurar ou generalizar os fenômenos sociais por meio de variáveis estatísticas. Ao contrário, ela se propõe a investigar os sentidos subjetivos que os indivíduos atribuem às suas vivências, relações e práticas.

Como parte da metodologia, foi realizado um levantamento de dissertações que abordam a temática das relações de gênero e práticas pedagógicas na

Educação Infantil, com características de um “Estado da Questão”, pois conforme discutem Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), o estado da questão constitui uma etapa fundamental da pesquisa científica, uma vez que possibilita ao pesquisador compreender como o objeto investigado vem sendo abordado na produção acadêmica. Os autores afirmam que “a finalidade do estado da questão é levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance” (Nóbrega-Therrien;Therrien, 2004, p.2).

Com foco em produções acadêmicas que discute as relações de gênero e os estereótipos na Educação Infantil. O objetivo é aprofundar a compreensão de como a atuação docente na Educação Infantil pode ser central para a construção de práticas pedagógicas que promovam a equidade de gênero, rompendo com estereótipos frequentemente naturalizados no cotidiano escolar. Segundo (Gil, 2008,p.44) “a principal finalidade da revisão de literatura é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto de estudo”.

Nesse processo, foi realizado um levantamento e análise de dissertações que abordam o objeto de estudo das relações de gênero e das práticas pedagógicas na Educação Infantil. A busca ocorreu na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando diferentes conjuntos de descritores, organizados em dois quadros, com o objetivo de ampliar e qualificar os resultados encontrados.Foi adotado o recorte temporal de 2021 a 2025, com o objetivo de identificar produções acadêmicas recentes que refletem os debates contemporâneos sobre gênero, educação e atuação docente.

Assim, para o primeiro quadro de levantamento de produções, foram utilizados os seguintes de descritores, o primeiro quadro inclui “Educação Infantil”, “Sexualidade” e “Formação continuada”, possibilitando a identificação de produções voltadas à articulação entre educação infantil, formação docente e abordagem da sexualidade no contexto escolar. No segundo quadro, foram utilizados outro grupo de descritores: "Relações de Gênero", “Práticas Pedagógicas” e “Educação Infantil”.

O objetivo é mapear as principais contribuições já produzidas na área, evidenciar lacunas e identificar tendências teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre práticas pedagógicas e equidade de gênero na Educação Infantil. Dessa forma, o levantamento permitirá compreender como as práticas docentes têm sido abordadas no enfrentamento de estereótipos de gênero no cotidiano escolar. Seu

principal objetivo é oferecer ao pesquisador/a um panorama do conhecimento acumulado na área investigada.

Sendo assim, foram utilizados autores como Louro (1997), Scott (1995), Butler (2003) e Foucault (1987) que fundamentam o entendimento de gênero como uma construção social e relacional.

O foco estará em categorias como as práticas formativas das professoras, a desconstrução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar, e a presença (ou ausência) de perspectivas antissexistas nas propostas pedagógicas. Dessa forma, pretende-se revelar tanto os avanços consolidados quanto às questões que ainda demandam maior aprofundamento.

A coleta de dados foi realizada por meio também da observação direta, permitindo uma análise contextualizada das práticas desenvolvidas no ambiente investigado. Marconi e Lakatos (2003) definem que a observação como uma técnica que utiliza os sentidos para captar aspectos da realidade, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos no contexto natural. Essa técnica também permite analisar dinâmicas sociais e práticas docentes de forma mais próxima e detalhada. No mesmo sentido, Quivy e Van Campenhoudt (1992) destacam que a observação direta consiste na coleta de informações realizada pelo/a próprio/a pesquisador/a, sem a necessidade de intermediação no contato com os sujeitos da pesquisa. Essa abordagem exige do/a investigador/a uma atenção minuciosa ao contexto e aos detalhes do ambiente observado. No presente estudo, a observação será conduzida durante as oficinas do curso CDE, que está estruturado em três módulos: Gênero e Diversidade, Corpos e Corporeidades e Relações de Gênero e Sexualidade na Escola, permitindo uma análise detalhada das interações e práticas relacionadas às questões de gênero.

A observação teve como foco analisar as interações estabelecidas durante as oficinas do curso, atentando-se às falas das professoras, às experiências relatadas sobre o cotidiano escolar e às reflexões construídas coletivamente.

Com o objetivo de identificar como as participantes percebem e lidam com as questões de gênero em suas práticas pedagógicas, especialmente nas interações com as crianças e nas atividades propostas.

Foram aplicados questionários composto por perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de sistematizar as percepções das professoras sobre a presença de estereótipos de gênero em suas práticas pedagógicas. As perguntas fechadas, com

alternativas previamente definidas, incluem itens construídos com base na escala Likert(1932) permitindo avaliar o grau de concordância ou discordância das participantes em relação a determinadas afirmações. Essas respostas possibilitam a obtenção de dados quantitativos descritivos, úteis para identificar tendências e padrões entre as participantes, sem perder o foco interpretativo da abordagem qualitativa.

Já as questões abertas foram organizadas para permitir que as participantes expressassem, por meio de narrativas e reflexões, suas experiências pessoais e profissionais. Busca-se, com isso, captar não apenas dados objetivos, mas também sentidos e significados atribuídos às práticas, incluindo as contribuições que o curso CDE tem proporcionado à formação e à atuação pedagógica das docentes.

Inicialmente, a pesquisa previa a realização de entrevistas com as professoras participantes. Entretanto, esse procedimento dependia diretamente da disponibilidade das docentes, o que poderia dificultar a realização da pesquisa. Assim, visando alcançar um número maior de participantes, optou-se pela aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados.

Ressalta-se, contudo, que houve limitações nesse processo, pois, apesar de o questionário ter sido encaminhado a um número maior de docentes, algumas não retornaram confirmando ou recusando a participação, resultando em um quantitativo reduzido de respostas.

O questionário foi aplicado individualmente, permitindo a livre expressão das participantes. Conforme indicado por Gil (2008), que destaca o instrumento como eficaz para acessar conhecimentos, crenças e valores subjetivos. Isto é, além de possibilitar a coleta de dados objetivos como informações sobre tempo de atuação ou percepção da presença de estereótipos, esse recurso também permite e compartilham os sentidos atribuídos às práticas pedagógicas que desenvolvem no cotidiano.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, articulando os registros da observação direta realizada nas oficinas do curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)* e as respostas obtidas por meio dos questionários aplicados às professoras participantes. Conforme Bogdan e Biklen (1994), a análise em pesquisas qualitativas consiste em um processo de organização e interpretação sistemática dos dados, buscando identificar sentidos, padrões e significados presentes nas falas e nas situações observadas.

Assim, os dados foram organizados conforme os objetivos da pesquisa e interpretados à luz do referencial teórico dos estudos de gênero, com contribuições de Scott (1995), Louro (1997), Butler (2003) e Foucault (1988).

Os questionários analisados a partir das questões fechadas foram organizados em gráficos simples, permitindo identificar tendências nas respostas das participantes. Já as questões abertas foram analisadas a partir da leitura e interpretação das falas, destacando elementos recorrentes relacionados às percepções docentes, desafios enfrentados e contribuições do curso CDE. Os resultados foram interpretados com base no referencial teórico dos estudos de gênero.

O interesse em desenvolver esta pesquisa está ancorado na necessidade de aprofundar as discussões acerca das relações de gênero e da sexualidade no contexto da Educação Infantil, considerando o papel da formação docente na construção de práticas pedagógicas mais equitativas, inclusivas e sensíveis à diversidade.

Reconhecemos que a escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e aprendizagem, desempenha papel fundamental na construção das percepções sobre masculinidade, feminilidade e igualdade de gênero.

A partir dos procedimentos metodológicos apresentados até aqui, considera-se que este trabalho monográfico estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde à Introdução, na qual são apresentadas reflexões iniciais sobre a temática investigada, o interesse pela pesquisa, os objetivos, bem como o problema que a norteia. Ainda nesse capítulo, descreve-se o caminho metodológico percorrido, explicitando o tipo de pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados.

A segunda seção, intitulada “Gênero e Sexualidade na Educação Infantil: O que revelam as pesquisas?”, dedica-se à discussão teórica e ao estado da questão, abordando produções acadêmicas que tratam das relações de gênero e sexualidade na Educação Infantil, das práticas pedagógicas e da formação continuada no processo de formação de professoras que atuam com crianças pequenas e bem pequenas.

Na terceira seção, intitulada “Relações de gênero e práticas pedagógicas no cotidiano da Educação Infantil”, busca-se analisar as interações e as práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil, com foco no brincar, na organização

dos espaços e na linguagem, compreendidos como elementos centrais na reprodução das normas de gênero.

A quarta seção, denominada “Formação continuada na Educação Infantil: uma análise no curso CDE”, volta-se à análise da formação continuada, tomando como referência as contribuições do curso. Nessa seção, são evidenciadas as percepções das professoras participantes, bem como as possibilidades de reflexão e ressignificação das práticas pedagógicas a partir das experiências formativas vivenciadas.

Por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados da pesquisa, articulando-os aos objetivos propostos e apontando reflexões e possibilidades para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero na Educação Infantil.

2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?

Nesta seção, será discutido inicialmente as principais contribuições teóricas que embasam a pesquisa, com o objetivo de compreender como as relações de gênero são tratadas na Educação Infantil e de que forma as práticas pedagógicas podem ser ressignificadas neste espaço.

Em seguida, temos o processo de seleção das produções acadêmicas analisadas nesta pesquisa, em que foi orientado por critérios de inclusão e exclusão previamente definidos de acordo com a temática escolhida, de modo a garantir a relevância e a pertinência dos estudos ao objeto investigado, destacando-se o papel da formação continuada na Educação Infantil, especialmente no que tange às questões de gênero e sexualidade. Para isso, foi feito um levantamento e análise de pesquisas voltadas aos estereótipos de gênero na educação infantil.

Como critérios de inclusão, considerando-se dissertações de mestrado com um recorte temporal de publicações entre 2021 a 2025, disponíveis nas bases Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, acessado por meio da Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) vinculados à área da Educação.

O recorte temporal adotado nesta pesquisa compreende o período de 2021 a 2025, por se tratar de um intervalo recente, marcado pelo crescimento e intensificação das discussões acadêmicas sobre relações de gênero, sexualidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil. Além disso, esse período possibilita analisar produções atualizadas, alinhadas ao contexto educacional contemporâneo e às transformações sociais e políticas que atravessam o debate sobre diversidade, equidade e educação antissexista no ambiente escolar.

Optou-se por selecionar exclusivamente dissertações de mestrado como fonte para o levantamento bibliográfico, por compreender que esse tipo de produção apresenta maior aprofundamento teórico-metodológico e maior rigor acadêmico, possibilitando análises mais densas e sistematizadas sobre o objeto de estudo.

O levantamento das produções foi organizado em dois quadros distintos, de acordo com os diferentes descritores utilizados, permitindo não apenas visualizar o quantitativo de produções encontradas em cada busca, mas também analisar como

cada combinação de descritores impactou na seleção das produções levantadas. Essa organização possibilitou maior clareza e sistematização no processo de análise, favorecendo a compreensão das tendências investigativas relacionadas ao objeto de estudo.

Por outro lado, foram estabelecidos critérios de exclusão com o intuito de refinar o corpus da pesquisa. Assim, foram desconsideradas pesquisas que não se enquadraram como dissertações, bem como produções de outras áreas do conhecimento que, embora retornassem nos resultados de busca, não guardavam pertinência com a área educacional.

Da mesma forma, foram excluídos os estudos publicados fora do recorte temporal estabelecido (2021–2025) e aqueles que, mesmo contemplando alguns dos descritores, não apresentavam discussões relacionadas de forma substantiva ao tema investigado como gênero e sexualidade na formação docente.

2.1 Gênero e sexualidade como construção social: marcos teóricos

É necessário destacar que a entrada da criança na Educação Infantil (Creche ou Pré Escola), primeira etapa da Educação Básica, é o início da vivência social que ultrapassa o ciclo familiar, as crianças passam a ser inserida em um determinado contexto cultural, aprende e constrói conhecimentos por meio das relações familiares e sociais.

De acordo com William Corsaro (2011), às crianças não apenas absorvem os elementos culturais, mas também participam ativamente da sua produção e transformação. Nesse processo, as crianças interagem com diversos elementos culturais como brinquedos, brincadeiras, desenhos animados e personagens que são frequentemente impregnados de representações excludentes relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Para começar as discussões acerca do objeto de estudo, é importante entender o conceito de gênero e sexualidade e como eles estão relacionados à subjetivação dos sujeitos e aos seus papéis socialmente construídos. Já o gênero é compreendido como uma construção social e cultural, ou seja, não está determinado biologicamente, mas é aprendido e reproduzido por meio das práticas, normas e expectativas sociais criadas pela sociedade.

Para Louro (1997, p. 77), gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”. Dessa forma, as questões de gênero são entendidas através do modo de falar, pensar ou agir sobre os sujeitos e seus corpos, percebe-se o que muitas vezes essa forma de pensar é carregada por estereótipos que foram socialmente construídos. Tais comportamentos influenciam também a maneira como meninos e meninas devem se comportar ou agir quanto a expectativa criada pela sociedade.

Esses padrões de comportamentos, nos quais imperam as desigualdades de gênero, demandam serem revistos, sendo necessário que a escola enquanto espaço de socialização, adote práticas pedagógicas não discriminatórias, revendo seus espaços e as atividades nela desenvolvidas. Percebemos que nas práticas pedagógicas consideradas rotineiras e comuns na Educação infantil como brincar, o cuidado e as interações, há inúmeras possibilidades de (re)produção ou (des)construção de estereótipos de gênero que embora muitas vezes são naturalizados no cotidiano escolar.

Quanto à sexualidade, é necessário ressaltar ainda a colocação de Foucault (1993,p.244) como sendo esse o nome que se dá a um dispositivo histórico, sendo dispositivo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas {...}o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos

Dessa forma, a sexualidade é entendida como um dispositivo porque ela não é um fenômeno natural ou uma realidade subterrânea, mas sim uma construção complexa moldada historicamente por discursos, saberes e relações de poder que definem o que é o sexo, o que se pode e não se pode fazer com ele, e como os indivíduos se relacionam com seu próprio corpo e desejo.

É na Educação Infantil que as questões de gênero e sexualidade precisam ser discutidas no que tange à formação das professoras. Percebe-se que, em suas práticas pedagógicas, muitas vezes se reproduzem, de maneira intencional ou não, relações estereotipadas que reforçam desigualdades entre meninos e meninas. É

nesse ponto que as práticas pedagógicas antissexistas ganham centralidade, pois buscam desconstruir padrões normativos de gênero, promovendo experiências educativas que valorizem a diversidade, questionem os papéis sociais naturalizados e favoreçam a construção de relações mais justas e igualitárias desde a infância.

Percebemos que, ao tratar de temas relacionados ao corpo e às relações de gênero na infância, ainda há forte presença de tabus no processo formativo das crianças, o que evidencia a dificuldade de abordar essas questões de forma aberta e educativa. Esse silenciamento está diretamente ligado ao fato de que tais discussões desafiam e desestabilizam estruturas históricas de poder e de controle social.

Assim, é fundamental que o/a educador/a esteja atento/a à intencionalidade pedagógica dessas ações, reconhecendo-as como espaços potentes para o desenvolvimento de práticas antissexistas e de valorização da diversidade. É na Educação infantil que a criança se encontra em uma fase de descobertas, conhecendo a si própria, o/a outro/a e ao mundo que a cerca, descobrindo-se como um sujeito social e tentando compreender como as relações sociais podem ser construídas neste ambiente.

É também neste espaço que meninos e meninas são confrontados com imposições de o que “tem que ser de menina” e o “que tem que ser de menino”, visões estereotipadas que delimitam comportamentos, brinquedos, roupas e até mesmo expectativas de futuro. Tais construções acabam por restringir as experiências das crianças e reforçar desigualdades de gênero desde muito cedo.

As diferenças de sexo estão presentes também no brincar infantil, onde as crianças reproduzem, tantas vezes, as preferências por brinquedos e brincadeiras socialmente representadas como adequadas ao seu gênero. Assim, os meninos se envolvem em atividades físicas (resistência), como lutar, rolar e tendem a conflitar enquanto isso, as meninas são frequentemente associadas a características marcadas socialmente, como a doçura, a timidez e a delicadeza, sendo direcionadas a realizar brincadeiras consideradas adequadas ao seu gênero, como brincar de casinha ou de bonecas.

Sendo assim, as interações entre professoras/es e as crianças tendem a ocorrer de maneira diferenciada, a depender do sexo. A linguagem e a abordagem utilizadas frequentemente servem para delimitar espaços, comportamentos e objetos considerados apropriados para meninos ou meninas. Tais construções são criadas a

fim de criar uma certa expectativa aos comportamentos que são apropriados a cada sexo. Nesse sentido, é importante questionar o papel docente como agente social de transformação, neste cenário em que as relações de poder são fortemente influenciadas por normas sociais e culturais.

Como destaca Louro (1997, p. 81), “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir”, ou seja, não se trata de uma temática que está ligada de fora do ambiente escolar, mas como uma categoria que atravessa as relações e os processos de ensino e aprendizagem que são internalizadas neste espaço.

Segundo Foucault (1988) a relação de poder que envolve o ato de educar e as implicações sociais sistematizam o controle sobre os corpos (infantis), institucionalizando comportamentos que devem ser “apropriados”, tais como a disciplina, modo de falar e os comportamentos aceitos e os não aceitos, os quais são mais valorizados na sociedade, na escola e na família.

A educação passa a atuar como um mecanismo de controle e normatização dos corpos infantis, influenciando diretamente a construção de que é considerado adequado ou inadequado, e muitas vezes essa influência passa a ser considerada comportamento ideal pela sociedade. Segundo Louro (2020, p. 65):

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, o que não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras [...].

Dessa forma, a Educação Infantil deve ser compreendida como um espaço de socialização que vai além das atividades planejadas ou dos objetivos pedagógicos explícitos, reconhecendo-se como um contexto no qual se constroem subjetividades e se produzem sentidos sobre os corpos, os afetos e as relações.

À luz destas considerações, partimos do pressuposto de que muitos desses conceitos precisam ser ressignificados na prática do cotidiano escolar. Desse modo, compreendemos que os processos formativos e, especialmente, a formação continuada sobre gênero e sexualidade devem levar em conta a escuta ativa das demandas docentes e as particularidades do território educativo. Tal perspectiva

pode propiciar transformações significativas e contribuir sobremaneira para uma educação comprometida com a promoção da equidade, da valorização da diversidade e da construção de práticas pedagógicas verdadeiramente antixistas.

2.2 Formação continuada: diálogos entre gênero, sexualidade e educação sexual

A formação continuada sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil desempenha um papel fundamental na constituição da prática docente, ao possibilitar que professores e professoras ampliem seus conhecimentos e desenvolvam competências para lidar com questões de gênero e diversidade nas escolas. Essa formação contribui para a construção de estratégias educativas que incentivam o diálogo, a empatia e o respeito à diversidade, fortalecendo o papel da escola desde os primeiros anos da criança na escola e que isso contribui significativamente na formação de crianças conscientes de seus direitos, valores e relações sociais.

Assim, é importante destacar o papel da formação continuada na Educação Infantil, especialmente no que tange às questões de gênero e sexualidade. A escola, enquanto espaço de socialização desde a primeira infância, reflete as complexidades e desigualdades presentes na sociedade, sendo cenário onde crianças expressam curiosidades, identidades e vivências relacionadas à sexualidade. Entretanto, a formação inicial dos profissionais de educação nem sempre proporciona instrumentos teóricos e práticos suficientes para lidar com essas questões de forma crítica e inclusiva.

Nesse contexto, a formação continuada surge como estratégia essencial para qualificar docentes, promovendo reflexões sobre estereótipos, preconceitos e práticas pedagógicas tradicionais, e fomentando a construção de uma educação sexual democrática, respeitosa à diversidade e capaz de favorecer experiências educativas transformadoras.

Partindo desse pressuposto, será apresentado o levantamento de produções acadêmicas realizado a partir da utilização de descritores diferentes dos quadros anteriores. Para este recorte, foram empregados os termos “Educação Infantil”,

“Sexualidade” e “Formação Continuada” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando o período de 2021 a 2025. Esse mapeamento possibilita observar de que maneira as produções acadêmicas recentes têm discutido a formação continuada docente em interface com as questões de gênero e sexualidade, evidenciando aproximações, contribuições e lacunas ainda existentes nesse campo.

O recorte temporal adotado nesta pesquisa compreende o período de 2021 a 2025, por se tratar de um intervalo recente, marcado pelo crescimento e intensificação das discussões acadêmicas sobre relações de gênero, sexualidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil. Além disso, esse período possibilita analisar produções atualizadas, alinhadas ao contexto educacional contemporâneo e às transformações sociais que atravessam o debate sobre diversidade, equidade e educação antissexista no ambiente escolar.

Dessa forma, a delimitação temporal permitiu identificar tendências recentes e contribuições teóricas atuais relacionadas à temática investigada. Optou-se por selecionar exclusivamente dissertações de mestrado como fonte para o levantamento bibliográfico, por compreender que esse tipo de produção apresenta maior aprofundamento teórico-metodológico e maior rigor acadêmico, possibilitando análises mais densas e sistematizadas sobre o objeto de estudo.

Quadro 1- Quantitativo de Produções usando os seguintes descritores: “Educação infantil, Sexualidade, Formação Continuada”

Plataforma	Achados aproximados	Selecionadas sobre a Temática
Catálogo de Teses e Dissertações	18	4

Fonte: Organizado pela autora (2025).

No quadro 1 acima, observa-se que foram encontradas 18 produções, das quais apenas 4 foram selecionadas por dialogarem de forma direta com o objeto de estudo desta pesquisa.

Ao realizar a busca das Dissertações, considerando o recorte temporal proposto, foram identificadas duas produções referentes ao ano de 2021 e duas produções referentes ao ano de 2023 que se relacionam com a temática investigada. Observa-se que nenhuma produção referente ao ano de 2024 e 2025

foi encontrada dentro do mesmo recorte. Essa distribuição indica uma concentração das pesquisas nos anos de início e meio do período analisado, sugerindo possíveis lacunas de investigação. Tal ausência reforça a pertinência da presente pesquisa, ao buscar ampliar o debate sobre a formação continuada e sua contribuição para práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a diversidade na Educação Infantil.

Esse dado demonstra que, embora exista produções acadêmicas voltadas para a interface entre sexualidade, formação docente e Educação Infantil, ela ainda é limitada em número e alcance, revelando uma lacuna importante a ser explorada. Tal cenário reforça a necessidade de ampliar investigações que abordem a formação continuada de professores/as, considerando gênero e sexualidade como dimensões centrais para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade, a equidade e a superação de estereótipos.

Quadro 2 – Dissertações selecionadas sobre “Educação Infantil”, “Sexualidade” e “Formação Continuada”

ANO	AUTORIA	TÍTULO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
2021	ALDUINO, Camila Campos Vizzotto	“Afinal, os anjos têm sexo? Concepções e ações formativas sobre a sexualidade na infância em uma rede municipal de educação infantil”.	Abordagem qualitativa, utilizando a metodologia de pesquisa-ação. O estudo envolveu a aplicação de questionários.
2021	OLIVEIRA, Thaís Villa	“Todas somos educadoras sexuais: a formação continuada na educação infantil pensa sobre isso?”	Abordagem qualitativa e documental
2023	ANTUNES, Leandro	“Compreensão de Docentes de Núcleos de Educação Infantil Sobre Educação Sexual como Subsídios a Projetos de Formação Continuada”.	Abordagem qualitativa e o uso de questionários semiestruturados online
2023	CARVALHO, Keila Cristina Rocha	“Trajetórias formativas, gênero e subjetividade: representações sociais de professoras da Educação Infantil”.	Abordagem qualitativa e o uso de questionários

Fonte: Organizado pela autora (2025).

Alduino(2021), buscou investigar como as concepções e práticas de docentes se estabelecem quando se trata sobre a sexualidade infantil. A autora afirma que é urgente reconhecer que a infância não é um período assexuado, mas sim marcado

por manifestações sexuais próprias da faixa etária. Defende que a escola e as formações continuadas assumam papel fundamental para enfrentar o senso comum, prevenir abusos e promover práticas educativas mais conscientes.

Ademais, refletir sobre a Educação Infantil implica reconhecer que a sexualidade integra a constituição subjetiva das crianças e se manifesta nas interações, nas brincadeiras e nas experiências cotidianas do espaço escolar. A autora destaca que abordar a sexualidade na infância configura-se como um tema desafiador, instigante e necessário, especialmente no âmbito da Educação Infantil.

Tal afirmação evidencia a complexidade envolvida, uma vez que a infância é permeada por normas sociais, expectativas de gênero e preconceitos historicamente construídos. Esse reconhecimento reforça a necessidade de que os/as docentes contem com formação continuada específica, capaz de fornecer embasamento teórico e estratégias pedagógicas que permitam abordar a sexualidade de forma crítica, respeitosa e adequada às diversas experiências das crianças.

De maneira semelhante, Oliveira (2021) discute que a educação sexual está profundamente vinculada à instituição escolar e às relações de saber e poder que a atravessam. No contexto da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, observam-se discursos e práticas que, muitas vezes, se estruturam a partir de processos de normalização e referências heteronormativas, o que reforça a necessidade de repensar a formação docente e as práticas pedagógicas nesse campo.

Para a autora, ainda há presença de educação sexual explicitada somente na formação continuada, um tema que ainda está fora do currículo e no processo formativo docente, especialmente no que tange aos direitos de aprendizagens que se relacionam à educação sexual. Esse estudo, possibilitou uma grande contribuição na formação continuada em educação sexual e para a problematização das práticas pedagógicas realizadas na educação infantil.

Tanto Aldino (2021) quanto Oliveira (2021) ressaltam a urgência de trazer a educação sexual para o centro do debate na Educação Infantil, ainda que a partir de ênfases distintas. Os autores/as defendem a importância de reconhecer a infância como uma etapa não assexuada e aponta a escola e a formação continuada como espaços fundamentais para prevenir abusos e desconstruir concepções naturalizadas, e evidenciam como as práticas escolares ainda se sustentam em

discursos de normalização e heteronormatividade, o que reforça a necessidade de repensar as formações docentes.

De modo geral, as autoras buscam compreender quais são os conhecimentos que estas educadoras que atuam na Educação Infantil dispõe sobre a sexualidade humana e infantil, e para buscar respostas é necessário buscar conhecimentos de alguma formação específica sobre a temática. Fica evidente a necessidade das educadoras adquirirem conhecimentos teóricos e práticos apropriados acerca da sexualidade, suas manifestações e as devidas condutas nas instituições escolares, para que se possa desmistificar conceitos estereotipados.

Assim, Antunes (2023), em sua pesquisa investigou como professoras/es da Educação Infantil compreendem a educação sexual e de que maneira essas concepções podem subsidiar projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. O autor defende a urgência de formações continuadas qualificadas, capazes de ampliar os saberes docentes e promover práticas pedagógicas inclusivas, críticas e libertadoras. A pesquisa, assim, contribui para o enfrentamento de preconceitos e para a valorização da diversidade no espaço da Educação Infantil. Segundo o autor, a formação continuada se faz imprescindível no caminhar de cada docente da Educação, uma vez, que é nesse espaço que as educadoras e educadores têm a oportunidade de refletir, levando em consideração o contexto atual, sobre as mudanças nas políticas públicas e seus impactos na educação contemporânea, assim como em suas práticas pedagógicas.

Essa reflexão abre espaço para a pesquisa de Carvalho (2023), que, fundamentada nos Estudos de Gênero e na Teoria das Representações Sociais, investigou de que forma as significações construídas por docentes atuantes em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) orientam suas práticas pedagógicas, contribuindo tanto para movimentos de ruptura quanto para a reprodução de estereótipos.

Segundo a autora, há uma coexistência de múltiplos discursos e práticas que revelam movimentos ora de transgressão, ora de resignação por parte das docentes no que tange à abordagem de gênero e diversidade na infância. Evidenciam, ainda, a necessidade de fortalecimento dos coletivos escolares, por meio de percursos formativos que possibilitem o combate a informações equivocadas quando se trata de gênero.

Nas contribuições de Antunes (2023) e Carvalho (2023), percebe-se um ponto de encontro em torno da centralidade da formação docente na Educação Infantil. Os autores/as chamam atenção para a urgência de formações continuadas capazes de sustentar práticas emancipatórias e inclusivas, e mostram como essas formações não podem desconsiderar as representações sociais de gênero que atravessam as experiências das professoras e moldam suas práticas cotidianas.

Assim, ambos os estudos convergem para a compreensão de que enfrentar preconceitos, superar estereótipos e promover a valorização da diversidade exige não apenas investir em percursos formativos, mas também reconhecer e problematizar os sentidos já construídos no interior da profissão docente.

De modo geral, as dissertações analisadas evidenciam esforços significativos no sentido de compreender como a formação continuada pode contribuir para a formação dos docentes, no que se refere às práticas pedagógicas mais críticas e inclusivas na Educação Infantil, especialmente no que se diz respeito à abordagem da sexualidade, do gênero e da diversidade. As produções trazem importantes aportes teóricos e práticos ao destacarem a urgência de enfrentar concepções normativas, a necessidade de valorização da diversidade e o papel central da formação docente para a construção de uma educação emancipatória.

No entanto, o número reduzido de pesquisas encontradas revela que ainda existe uma lacuna expressiva na produção acadêmica sobre a articulação entre Educação Infantil, sexualidade e formação continuada, o que reforça a importância de ampliar investigações nesse campo e fortalecer o debate nas instâncias formativas.

O levantamento realizado evidencia que há produções acadêmicas relevantes que articulam Educação Infantil, sexualidade e formação continuada, demonstrando que a temática vem sendo progressivamente incorporada às pesquisas educacionais. Embora o campo esteja em processo de consolidação, observa-se a necessidade de aprofundar determinadas discussões, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Assim, torna-se fundamental ampliar investigações que fortaleçam o debate e subsidiem educadores/as na construção de abordagens comprometidas com a equidade e o reconhecimento da diversidade na Educação Infantil.

2.3 Práticas Pedagógicas e as relações de gênero na primeira infância

Nesta subseção, serão analisadas produções acadêmicas que abordam gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, com o objetivo de compreender como essas pesquisas discutem a (re)produção ou a problematização das relações de gênero no cotidiano escolar. Busca-se, assim, mapear as principais contribuições teóricas e metodológicas desses estudos, identificar possíveis lacunas e evidenciar de que maneira dialogam com a proposta desta pesquisa.

O processo de seleção das produções foi orientado por critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, considerando dissertações que tratam especificamente da articulação entre gênero, sexualidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil, de modo a garantir a pertinência dos estudos ao objeto investigado.

Além disso, as produções deveriam estabelecer relação direta com os descritores utilizados nas buscas “Educação infantil” “Relações de gênero”, “Práticas Pedagógicas” de modo a dialogar com a temática proposta. O levantamento das produções foi organizado no quadro abaixo, de acordo com os descritores utilizados, permitindo não apenas visualizar o quantitativo de produções encontradas em cada busca, mas também analisar como cada combinação de descritores impactou na seleção das produções levantadas. Essa organização possibilitou maior clareza e sistematização no processo de análise, favorecendo a compreensão das tendências investigativas relacionadas ao objeto de estudo.

Quadro 3 - Quantitativo de Produções usando os seguintes descritores: “Relações de Gênero”, “Práticas Pedagógicas”, “Educação Infantil”

Plataforma	Achados aproximados	Selecionadas sobre a Temática
Catálogo de Teses e Dissertações	54	7

Fonte: Organizado pela autora (2025)

No quadro acima, apresentamos o levantamento realizado, foram encontrados 54 trabalhos, dos quais apenas 7 dissertações tratavam diretamente do objeto de estudo investigado, o que possibilita afirmar que, embora haja produções acadêmicas na área, a discussão sobre práticas pedagógicas voltadas para as

relações de gênero na Educação Infantil ainda se mostra rasa. Esse resultado revela uma lacuna significativa no campo, reforçando a necessidade de que temáticas como gênero, sexualidade e práticas pedagógicas antixistas sejam mais exploradas nas pesquisas educacionais. A escassez de trabalhos voltados especificamente para essa abordagem indica não apenas a urgência de ampliar investigações, mas também a importância de fortalecer o debate acadêmico e formativo em torno de uma educação comprometida com a equidade de gênero desde a infância.

Por outro lado, foram estabelecidos critérios de exclusão com o intuito de refinar o corpus da pesquisa. Assim, foram desconsideradas pesquisas que não se enquadraram como dissertações, bem como produções de outras áreas do conhecimento que, embora retornassem nos resultados de busca, não guardavam pertinência com a área educacional. Da mesma forma, foram excluídos os estudos publicados fora do recorte temporal estabelecido (2021–2025) e aqueles que, mesmo contemplando alguns dos descritores, não apresentavam discussões relacionadas de forma substantiva ao tema investigado como gênero e sexualidade.

Quadro 4 – Produções selecionadas sobre “Relações de gênero”, “Práticas Pedagógicas” e “Educação Infantil”

ANO	AUTORIA	TÍTULO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
2021	ARAÚJO, João Fernando de	“Entre bolas e bonecas, panelas e carrinhos: Percepções acerca das questões de gênero e sexualidade no trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil”	Pesquisa bibliográfica e de campo
2021	CARVALHO, Tuany Cristina.	“Discursos de professor/as da educação infantil a respeito das relações de gênero: Um olhar para os ‘cantinhos’ pedagógicos”	Pesquisa qualitativa com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas
2021	CRUZ, Claudia Silva Ribeiro	“Relações de Gênero na Educação Infantil: tensões contemporâneas e expressões de resistência de docentes da rede pública municipal de educação de Belo Horizonte”	Abordagem qualitativa, utilizando-se do estudo de caso, com observação, entrevistas semiestruturadas e análise documental
2021	FERNANDES, Noeli Aparecida	“Um estudo sobre as relações de gênero na educação infantil: O que as famílias têm a ver com isso?”	Pesquisa documental com dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas
2021	ROCHA, Priscila da	“Gêneros orais na educação infantil-	Pesquisa qualitativa por

	Silva	Possíveis aproximações entre a prática pedagógica e o desenvolvimento da linguagem oral”	meio da revisão bibliográfica baseada em princípios de observação participante
2022	ANA,Thamires Batista	“O brincar e as Relações de gênero e sexualidade na Educação Infantil”	Estudo de caso, com observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental.
2022	SOUZA, Marcos Rogério dos Santos	“Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia Sul RS”	Estudo de caso, com observação participante, registros em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental.
2023	MICHELON, Stefhani Dalla Nora	“Uma Docência com infâncias atravessadas pelos diários visuais e ou pelas questões de corpo e gênero”	Método biografemático

Fonte: Organizado pela autora(2025).

No quadro acima, estão sistematizadas as produções encontradas no levantamento bibliográfico realizado sobre a temática. Dentre as produções analisadas, destaca-se a contribuição de Araújo(2021) em que aborda em sua pesquisa de que maneira sistemática foi possível refletir sobre diversos aspectos envolvendo as discussões de gênero e sexualidade no espaço escolar, especialmente no âmbito formativo da Educação Infantil. O autor enfatiza a importância de olhar para o trabalho de professores/as que atuam nessa etapa, a fim de compreender em que medida suas práticas pedagógicas têm promovido debates que colaboram para uma formação humana das crianças, evitando processos de segregação, classificação e exclusão.

Carvalho (2021) volta o foco para os discursos de professores e professoras em relação às questões de gênero, possibilitando uma compreensão mais aprofundada acerca de como tais temáticas são tratadas e compreendidas no âmbito escolar.

A partir das contribuições de Foucault (1988), a pesquisa destaca a importância de ampliar os estudos sobre gênero, entendendo os discursos como práticas que sustentam regimes de verdade e poder. Além disso, Carvalho (2021) aponta fragilidades na formação continuada de docentes no que se refere às discussões de gênero, destacando a ausência de aprofundamento teórico e a insuficiência de espaços formativos que problematizam tais questões no cotidiano escolar, revelando lacunas significativas na preparação profissional para lidar com

essas questões na cantinhos pedagógicos organizados para as crianças que muitas vezes acabam sendo utilizados de forma a reforçar distinções entre meninos e meninas.

Nesse sentido, os/as autores/as evidenciam tanto os avanços quanto os desafios que ainda persistem nas questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil. Juntas/os, essas pesquisas apontam para a necessidade de uma formação docente crítica e reflexiva, capaz de enfrentar desigualdades e desconstruir estereótipos presentes no espaço escolar.

Seguindo a mesma linha, Cruz (2021), ao investigar como os/as docentes percebem e abordam as questões de gênero na Educação Infantil, observamos que os/as professores/as participantes da pesquisa enfrentam desafios ao lidar com essas questões no cotidiano escolar, já que muitas práticas ainda são naturalizadas no ambiente infantil, colocando desafios significativos para os/as profissionais da educação.

Percebe-se ainda que, ao falar das questões que envolvem questões de sexualidade na Educação Infantil, os/as docentes frequentemente se deparam com tabus e limitações institucionais, o que exige deles/as uma postura cuidadosa e reflexiva para promover discussões inclusivas e respeitosas. Essa necessidade evidencia a importância de formação continuada e de espaços de reflexão sobre gênero e sexualidade, de modo a ampliar a compreensão sobre a diversidade e contribuir para práticas pedagógicas mais sensíveis e conscientes.

Fernandes (2021) investigou como as questões de gênero estão presentes na relação entre a instituição de Educação Infantil e as famílias. Para a autora, as manifestações e expressões das crianças podem ser a chave para o fortalecimento do diálogo entre a instituição de Educação Infantil e o ciclo familiar, para que juntas/os possam discutir sobre as questões de gênero e sobre a qualidade da Educação Infantil.

A necessidade de aprofundar tal debate torna-se primordial, a fim de que outras posturas sejam adotadas neste espaço, para além da culpabilização, diante das questões e dos estereótipos de gênero, presentes na educação das crianças pequenas, na busca do fortalecimento do diálogo entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, com vistas a uma educação que respeite as diferenças.

A discussão das relações de gênero na Educação Infantil pode representar a possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na

construção de suas identidades de gênero, considerando que a forma como meninos e meninas estão sendo educados/as pode contribuir para se tornarem mais completos e/ou para limitar suas iniciativas e comportamentos futuros.

Assim, Rocha (2021), enfatiza que os gêneros orais são construções sociais que se materializam nas relações cotidianas e funcionam como instrumentos presentes na Educação Infantil. Nesse contexto, o/a docente, de maneira intencional, possibilita que a criança perceba os diversos caminhos que a linguagem oral pode tomar. Ainda a autora sinaliza ainda a necessidade de um trabalho mais sistemático, em que o/a professor/a esteja atento/a às necessidades das crianças, ressaltando a importância de compreender o desenvolvimento da linguagem oral como um fenômeno social.

Além disso, a pesquisadora aponta para a possibilidade de realização de novos estudos que possam ampliar o entendimento sobre a linguagem oral na Educação Infantil. Além disso, a autora reflete que nas brincadeiras, por exemplo, é o momento no qual geralmente a linguagem oral é desenvolvida de maneira mais intensa. Segundo ela, as práticas pedagógicas com os gêneros orais devem ter uma intencionalidade pedagógica para se configurarem como potenciais para o desenvolvimento humanizado da linguagem oral.

No mesmo sentido, Ana (2022) enfatiza que o brincar não é uma prática neutra, mas reflete construções históricas e culturais relacionadas ao gênero e à sexualidade, evidenciando como tais dimensões atravessam as experiências infantis no espaço escolar.

A pesquisa buscou compreender as concepções das crianças sobre essas questões a partir das práticas lúdicas no cotidiano escolar, evidenciando que, por meio da brincadeira, elas não apenas assimilam significados culturais, mas também têm a capacidade de transgredir normas estabelecidas.

O estudo ressalta que tais significados são dinâmicos, mudando com a própria cultura, e contribui para a reflexão acadêmica e pedagógica sobre os espaços físicos e organizacionais da Educação Infantil, bem como sobre a mediação cultural presente na prática educativa.

Seguindo essa perspectiva, Souza (2022), investigou se temas como gênero e sexualidade eram abordados nas formações continuadas oferecidas às escolas de Educação Infantil. Dessa forma, o autor ressalta a necessidade urgente de atenção às formações sobre gênero e sexualidade, destacando o papel dos/as

professores/as na construção e desconstrução dos significados relacionados a essas questões.

Além disso, destaca-se que à escola, enquanto espaço socializador, deve contribuir para a construção da identidade das crianças e dos/as educadores/as, reverberando a diversidade como possibilidade de aprendizagem e convivência inclusiva. Percebe-se que tais posturas diante de conceitos como sexualidade e gênero informam uma visão sobre os discursos produzidos socialmente e culturalmente, que ditam maneiras de se comportar e de agir..

Michelon (2023) em sua pesquisa buscou investigar como diários visuais e/ou textuais como contação de histórias, produção de desenhos, movimentos de experimentação e o uso de materiais recicláveis ou não estruturados podem ser utilizados na Educação Infantil. A pesquisadora destaca como esses conceitos impactam sua atuação enquanto pesquisadora e professora, ressaltando a necessidade de constante desconstrução de representações de gênero e corpo.

A autora evidencia a importância de se posicionar ativamente diante das situações experienciadas no contexto formativo, reconhecendo as forças presentes nas relações escolares que influenciam a incorporação ou não das questões de corpo e gênero nos ambientes educacionais. Por fim, aponta como as práticas pedagógicas podem ser experimentadas de maneira reflexiva e inclusiva.

Desse modo, a ausência de formações continuadas nas instituições de Educação Infantil reflete diretamente na forma como os/as professores/as conduzem suas práticas pedagógicas. Isso se relaciona, em grande medida, às fragilidades da formação inicial, que muitas vezes não oferece subsídios suficientes para que educadores/as estejam preparados/as para assumir um papel ativo nesses espaços formativos. Tal lacuna contribui para limitar o protagonismo docente na construção teórica e prática das relações entre ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a seção seguinte aprofunda a análise das interações e práticas pedagógicas no cotidiano escolar, buscando compreender, de forma mais concreta, como essas normas de gênero se manifestam nas relações entre professoras e crianças e de que maneira podem ser problematizadas e ressignificadas no contexto da Educação Infantil.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta seção, discute-se como as discussões e as interações entre professoras e crianças se constroem na Educação Infantil e de que forma essas relações podem tanto reforçar estereótipos de gênero quanto contribuir para a promoção da equidade.

A primeira subseção dedica-se a voltar o olhar sobre a organização do espaço escolar, incluindo a disposição dos ambientes, os materiais pedagógicos e os recursos disponíveis podem influenciar a reprodução ou a desconstrução das normas de gênero nas práticas cotidianas.

Já a segunda subseção buscou discutir como as brincadeiras e as interações lúdicas podem estar relacionadas às questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil, revelando como certos comportamentos e papéis são socialmente atribuídos a meninos e meninas desde da infância.

A terceira, por sua vez, volta-se para a linguagem em sua dimensão oral como instrumento fundamental na reprodução de normas de gênero. Buscou compreender de que forma expressões, narrativas, materiais e interações verbais podem reforçar estereótipos ou, ao contrário, abrir espaços para uma educação linguística mais equitativa.

O objetivo é trazer contribuições de autores como Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997; 2014), William Corsaro (2002; 2011) e Daniela Finco (2005; 2007), que ajudaram a embasar as discussões sobre as questões de gênero na infância, a influência da cultura de pares e o papel do brincar na reprodução ou desconstrução de estereótipos.

É importante destacar como as relações construídas desde da infância no ambiente escolar se tornam primordiais para o desenvolvimento da criança e como essa relação pode sofrer influências tanto positivas quanto negativas e isso pode implicar na formação integral desse sujeito/a. Torna-se relevante citar a importância que a linguagem/os discursos têm se construído no contexto da educação, principalmente na escola, pois se constitui enquanto um campo de poder, e é preciso estarmos atentos/às enquanto professores/as, sobretudo, para a linguagem e como usamos ela no cotidiano com as crianças. Segundo Louro (1997,p.68) os

discursos e práticas construídas na instituições de ensino podem ser entendidas como:

Nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como 'natural'.

Dessa forma, a autora explica que as as práticas cotidianas como gestos, falas, brincadeiras e regras aparentemente simples não são neutras. Elas carregam valores sociais, culturais e de gênero que, muitas vezes, passam despercebidos por estarem incorporados à rotina escolar.

Dessa forma, a autora nos convida a olhar criticamente para o cotidiano da escola, reconhecendo que é nesse espaço que se constroem e se reproduzem concepções sobre o que é “ser menino” e “ser menina”, e consequentemente essa concepção sofre influências externas do ‘padrão’ imposto pela sociedade sobre a masculinidade e a feminilidade.

No brincar, por exemplo, estão implicadas também expectativas sociais de qual brincadeira corresponde a cada sexo. Percebe-se que o brincar está fortemente ligado à construção da identidade sobre gênero e sexualidade, e isso se dá a partir do meio cultural e social que são criadas em torno delas.

É importante destacar que o momento de realização de brincadeiras ao ar livre percebe que há diferenças culturalmente construídas, é como se existisse uma regra sobre quais brincadeiras meninos e meninas podem realizar (meninas brincam de bonecas e meninos de carrinho).

Segundo Louro (2014, p.14) “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que a própria a reproduz”. Constata-se que a escola enquanto espaço de socialização e de forte criação das relações sociais ainda atravessam comportamentos e discursos além dos padrões considerados “normais”. Estas resistências aos padrões que são impostos, muitas vezes estabelecidos pela escola, são quebradas pelas crianças durante a realização das brincadeiras, acontecendo de maneira “natural” entre os seus pares, sem que fiquem reféns das “regras” que demarcam as relações de gênero e sexualidade no brincar e até mesmo por meio da escolha de brinquedo.

Desse modo, as crianças vão construindo suas formas de masculinidades e feminilidades demarcadas e estabelecidas socialmente pela forma como a escola coloca esses comportamentos e, porque não existe um único modelo de masculinidade ou de feminilidade, mas múltiplas formas “construídas” pela sociedade.

Observa-se que muitos brinquedos ainda seguem uma lógica de segmentação por gênero, sendo diferenciados por cores, funções e representações sociais específicas. Essa organização reforça expectativas normativas e mobiliza não apenas o interesse das crianças, mas também o desejo de consumo incentivado pelas famílias.

Observa-se que, em muitas salas de Educação Infantil, os brinquedos e os espaços destinados às brincadeiras ainda são organizados de forma a reforçar uma divisão baseada em gênero. É comum, por exemplo, que o cantinho da casinha seja mais frequentado pelas meninas, enquanto os meninos se apropriam dos espaços com carrinhos e blocos de montar. Essa separação, muitas vezes, não é intencional, mas reflete concepções socialmente construídas sobre o que é “brincadeira de menino” ou “de menina”. Assim, a forma como a professora/o organiza o ambiente pode, ainda que de modo sutil, contribuir para a reprodução de estereótipos de gênero.

Os discursos são como uma forma de representações já construídas socialmente. Muitas falas produzem, educam e levam os sujeitos/as a entender o que deve ou não ser feito e que muitas dessas regras impostas limitam as crianças de escolherem o que querem brincar ou qual brinquedo usar.

As categorizações dos brinquedos são criadas pelos próprios adultos, em que se estabelece uma norma cultural de que existem brinquedos certos para meninas e outros para os meninos. A criação dessa idéia entre pertencimento de feminino e masculino nos brinquedos, pode estar relacionada à preocupação que se tem com a futura escolha sexual da criança.

3.1 Organização do Espaço: reforça ou questiona estereótipos de gênero?

Ao discutir as questões de gênero na Educação Infantil, é fundamental considerar de que maneira os materiais pedagógicos e a organização do espaço

influenciam as interações e as experiências das crianças. O ambiente educativo, longe de ser neutro, comunica valores, expectativas e papéis sociais, podendo tanto reforçar estereótipos de gênero quanto promover práticas mais igualitárias.

Com esse entendimento, abordar, pedagogicamente, as questões de gênero e sexualidade no cotidiano das crianças significa pensar e refletir de que forma a diversidade pode ser inserida nos assuntos existentes e nos conteúdos curriculares que se faz presente dentro desse contexto. Assim, Louro (2014, p.62) reflete que

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informar o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santos ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.

Isso evidencia que a escola é um espaço social carregado de significados, no qual as relações de poder e as normas de gênero se manifestam de forma simbólica e material. Ao delimitar espaços, organizar ambientes e expor determinados símbolos, a instituição escolar define o que é permitido ou esperado para cada sujeito/a, orientando comportamentos e identidades.

Assim, quando o/a professor/a organiza os elementos aparentemente neutros como a organização das cadeiras, a escolha das cores, das decorações, murais, os brinquedos e até os cartazes comunicam mensagens sobre o que é ser menino ou menina, reforçando, muitas vezes, papéis tradicionais.

Percebe-se que essas práticas acabam sendo naturalizadas pelo próprio corpo docente da instituição, o que estabelece limites sobre até que ponto as ações pedagógicas desenvolvidas pelas/os professoras/es podem, mesmo que de forma inconsciente, reforçar estereótipos de gênero. Essa naturalização faz com que certas atitudes e escolhas, como a forma de organizar os espaços ou de direcionar as brincadeiras, sejam vistas como neutras, quando na verdade reproduzem desigualdades históricas e culturais entre meninos e meninas.

Porém, quando o/a professor/a não reflete sobre sua influência nas relações entre meninos e meninas, pode acabar organizando as brincadeiras ou outros momentos lúdicos de modo a favorecer o sexismo. Sua prática pode levar as

crianças a se agruparem de forma distinta entre meninos e meninas mesmo sem uma orientação explícita para isso. Em outras palavras, a separação de gênero pode estar presente de maneira implícita nas rotinas escolares. Um exemplo disso ocorre em práticas aparentemente simples, como a “chamadinha”, momento comum de acolhida na Educação Infantil, que pode se tornar sexista quando a professora utiliza cores para distinguir os nomes das crianças azul para os meninos e rosa para as meninas.

Nesta perspectiva, as práticas sexistas são naturalizadas neste espaço através dessas organizações que parecem não ter algum significado, mas que carregam na verdade a forma como meninos e meninas podem se organizar em um determinado espaço.

Dessa maneira, essas práticas culturais, que se apresentam nos espaços da Educação Infantil e atravessam as marcações de gênero e sexualidade, estão presentes em todo o contexto e vivência das crianças, através das fardas, acessórios, nas cores, bolsas, lancheiras, materiais escolares, separando as crianças através de artefatos considerados culturalmente para menina e menino.

Outro exemplo bastante relevante é a separação por sexo em determinadas atividades rotineiras. Em muitas situações, percebe-se que a professora organiza a turma de modo que meninos e meninas se posicionem em locais distintos, reforçando a ideia de que existe uma forma “correta” de se organizar a partir do sexo.

Tais atitudes são recorrentes no contexto da Educação Infantil e revelam como, desde cedo, as crianças são levadas a se perceberem em grupos diferentes. Essa divisão, muitas vezes vista como algo “natural” ou apenas uma forma de organizar a turma, acaba transmitindo às crianças a ideia de que meninas e meninos ocupam lugares distintos e devem se comportar de maneiras diferentes. Ao insistir nessa separação, a escola contribui para manter a lógica binária e hierarquizada que estrutura as relações de gênero, criando desde cedo fronteiras simbólicas entre as crianças.

Considerando as múltiplas formas pelas quais a sociedade estabelece expectativas sobre meninos e meninas, percebe-se que posturas sexistas vão sendo construídas e incorporadas ao cotidiano. Na Educação Infantil, essas práticas acabam se reproduzindo tanto no espaço escolar quanto fora dele, aparecendo nas

ações das crianças como algo aparentemente “normal”. Em situações do dia a dia como a separação entre meninos e meninas, o uso de materiais diferenciados por sexo e os discursos que reforçam tais distinções, evidencia-se que as noções de masculino e feminino são produzidas social e culturalmente.

Dessa maneira, o ambiente escolar acaba influenciando as crianças a seguirem um padrão pré determinado neste espaço, é como se as crianças precisassem se encaixar em moldes ou perfis que são construídos socialmente e culturalmente pela sociedade. Além disso, a própria escola também influencia a forma como as/os professoras/es conduzem suas rotinas com as crianças. A maneira como organizam as cadeiras, distribuem os materiais, formam filas ou propõem atividades pode, muitas vezes, reforçar distinções de gênero, ainda que de forma não intencional.

Assim, práticas cotidianas aparentemente simples como separar grupos de “meninos” e “meninas” para uma brincadeira ou atividade acabam reproduzindo expectativa que se refere aos materiais disponibilizados no cotidiano da Educação Infantil, é importante considerar que eles também carregam significados sociais que podem reforçar distinções de gênero.

A seleção de brinquedos, as cores predominantes, os tipos de jogos e até a forma como são expostos nos cantinhos pedagógicos influenciam diretamente nas escolhas das crianças. Quando bonecas, panelinhas e utensílios domésticos são apresentados como materiais “para meninas”, enquanto carrinhos, blocos de montar ou bolas são priorizados para os “meninos”, a escola acaba reproduzindo expectativas culturais sobre feminilidade e masculinidade.

Nesse sentido, a organização e a oferta dos materiais não são neutras: elas expressam concepções das/os professoras/es e podem, intencionalmente ou não, limitar as possibilidades de exploração das crianças, restringindo suas experiências e reforçando estereótipos que deveriam ser problematizados no contexto escolar.

Partindo desse pressuposto, muitas professoras, por não receberem formação específica sobre gênero e sexualidade, acabam reproduzindo práticas que consideram neutras, mas que, na realidade, carregam desde cedo formas sutis de separação entre meninos e meninas. Quando a docente se vê diante de temas ainda considerados tabus na sociedade, percebe-se que a maneira como conduz sua prática pedagógica torna-se fundamental no cotidiano com as crianças.

Por isso, é necessário refletir constantemente sobre de que forma, enquanto educadoras, oportunizamos, ou não, espaços em que todas as crianças possam explorar livremente suas potencialidades, conforme preveem os direitos de aprendizagem na Educação Infantil. A forma como organizamos as atividades, distribuímos os materiais, conduzimos as brincadeiras ou separamos as crianças em momentos rotineiros revela concepções de gênero que, muitas vezes, são naturalizadas e pouco questionadas, mas que impactam diretamente as experiências infantis.

Segundo Bartolini (2011, p.31) a escola contemporânea vive um verdadeiro “confronto e em diálogo diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si e para o outro”. Isso porque a escola não é um espaço isolado da sociedade, mas um ambiente onde diferentes crianças, professoras/es, famílias chegam carregando valores, crenças, expectativas e modos distintos de compreender o mundo. Esse “confronto” mencionado não significa conflito no sentido negativo, mas um encontro de perspectivas diversas que convivem e, muitas vezes, entram em tensão. Isso inclui diferentes formas de entender o gênero e a sexualidade, que não são construções naturais, mas culturais.

Assim, a escola vive esse confronto permanente, uma vez que a instituição precisa lidar diariamente com modos variados de interpretar o que é ser menino ou menina, o que é considerado adequado para cada gênero e quais comportamentos são valorizados ou reprimidos e de que essa forma essas “distinções” influenciam como as crianças criam suas identidades neste espaço.

Percebemos que esse confronto sobre quais comportamentos devem ser considerados adequados para meninos e meninas perpassa a maneira também como as professoras/es devem ser orientadas quanto a isso. Assim, explica Pavan (2013,p.109) explica que “se a lacuna das discussões das relações de gênero começar a ser preenchida na formação de professores (inicial e continuada), as representações podem ser resignificadas e outras podem ser construídas”.

Nesse sentido, quando é oportunizado nas instituições formações para que professores/as se aperfeiçoam em debates que tratam a sexualidade e o gênero como eixos centrais no processo de formação da criança desde dos primeiros anos da vida escolar, a escola está abrindo possibilidade de que essas representações

tradicionais muitas vezes naturalizadas sejam revistas, ampliadas e reconstruídas de maneira crítica. Isso significa que, ao compreender como os estereótipos se formam e de que modo afetam as crianças, o/a professor/a passa a ter condições de desenvolver práticas mais conscientes, menos discriminatórias e mais comprometidas com a equidade.

Em outras palavras, Pavan (2013) afirma que a mudança das práticas na Educação Infantil depende, primeiramente, da mudança das compreensões que os/as docentes têm sobre gênero, e que essa transformação só é possível quando há um processo formativo que provoque reflexão, questionamento e construção de novos sentidos. Sendo assim, devemos levar em consideração que só formações continuadas não darão conta do/a docente se aperfeiçoar de tantas questões e nem de inverter situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Todavia, quando o professor/a busca questionar suas práticas pedagógicas e organizar materiais de modo a favorecer a liberdade infantil, ele/a está criando oportunidades para que meninos e meninas não sofram influência de que comportamentos e atitudes são considerados adequados a cada gênero. A partir disso, a organização dos espaços destinados às brincadeiras ou às atividades lúdicas desenvolvidas pelas/os professoras/es da Educação Infantil precisa ser questionada no que diz respeito à criação e manutenção de estereótipos de gênero. Notamos ainda que a forma como os brinquedos são disponibilizados também revela expectativas direcionadas a cada sexo, reforçando distinções sobre o que meninos e meninas “devem” ou “podem” explorar.

A separação entre os sexos aparece em diferentes momentos do cotidiano escolar como na determinação de onde cada criança deve sentar, na delimitação das atividades consideradas mais adequadas para meninas ou meninos, e até em momentos aparentemente simples, como o lanche. Ao relacionar o conceito de gênero com a infância nos espaços da Educação Infantil, torna-se possível observar as múltiplas maneiras de viver e expressar o ser criança, mas também como ainda persiste uma categorização rígida que limita essas experiências e reforça desigualdades historicamente construídas neste espaço.

Nesse sentido, ao direcionarmos o olhar para o corpo docente que atua com crianças pequenas, torna-se necessário reconhecer que a formação de professoras e professores precisa estar articulada às diversas dimensões sociais que

atravessam o cotidiano escolar. Isso implica compreender que gênero e sexualidade não podem ser temas ausentes ou secundários na formação docente, pois a atuação pedagógica nesses espaços é fundamental para que as crianças vivenciem, desde cedo, uma educação comprometida com a equidade e com práticas antissexistas.

Percebemos, ainda, que o espaço familiar, primeiro núcleo de socialização das crianças, muitas vezes também reproduz concepções tradicionais e pouco problematizadas sobre gênero, seja pela falta de acesso à informação, seja pela permanência de tabus culturais. Assim, quando a escola não problematiza essas construções, acaba reforçando modelos já aprendidos em casa, em vez de ampliar horizontes e promover experiências mais livres.

Portanto, a maneira como agimos e conduzimos nossas práticas diante das questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil revela muito sobre o tipo de experiência que estamos construindo para as crianças. Desse modo, torna-se evidente que discutir gênero não se resume apenas a revisar discursos, mas implica olhar atentamente para aspectos concretos do cotidiano pedagógico: a organização dos espaços, a disposição dos materiais, a forma como estruturamos as brincadeiras, os agrupamentos que estabelecemos e até as rotinas mais simples, como filas, lanches ou escolha de lugares. Todos esses elementos, quando não são intencionalmente planejados, acabam reforçando estereótipos arraigados e limitando as possibilidades de expressão e exploração das crianças.

Assim, pensar em uma educação comprometida com a equidade exige que docentes reconheçam seu papel nesse processo e revisitem suas práticas, promovendo ambientes nos quais meninas e meninos possam circular com liberdade, acessar todos os materiais, ocupar todos os espaços e construir, desde cedo, relações mais justas.

3.2 “Menina brinca de boneca e menino de carrinho?”

Na Educação Infantil, o brincar é um eixo central do processo educativo das crianças. Brincar não é apenas diversão, mas uma forma de aprender, expressar emoções e construir identidades. O brincar constitui-se como um eixo fundamental

no processo educativo na Educação Infantil, ultrapassando a dimensão do simples entretenimento.

Por meio das brincadeiras, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e emocionais, construindo conhecimento de forma significativa e contextualizada. O ato de brincar possibilita a exploração de diferentes linguagens, a elaboração de regras, a resolução de conflitos e a interação com o outro, sendo, portanto, um espaço privilegiado para a construção de identidades e para a compreensão do mundo.

Dessa forma, na Educação Infantil, o brincar não apenas promove a socialização e o prazer, mas também constitui-se como um instrumento pedagógico essencial para a formação integral das crianças.

O brincar, enquanto prática pedagógica, permite que as crianças, por meio de diversão e prazer, desenvolvam “suas habilidades cognitivas e motoras, exploram e refletem sobre a sua realidade e sobre os costumes da cultura na qual vivem, incorporando a realidade ao mesmo tempo em que a ultrapassam, transformando-a pela imaginação” (Teixeira, 2012, p. 22).

Por isso, é importante observar como os espaços e materiais da escola influenciam as escolhas das crianças desde pequenas/os. Quando meninos e meninas são estimulados a brincar de forma separada, reforçam-se estereótipos de gênero e limita-se a liberdade infantil. Por isso é importante pensar de que forma esses espaços estão sendo organizados para que as crianças sintam prazer em usar determinados brinquedos sem barreiras ou limitações nas suas escolhas.

A definição de gênero é fundamental para compreender como as relações sociais são construídas e significadas no espaço escolar. Segundo Joan Scott (1995), gênero constitui-se como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, além de operar como uma categoria de análise que permite interpretar as estruturas de poder que atravessam tais relações.

Nesse sentido, compreender o gênero como categoria analítica possibilita examinar criticamente como as brincadeiras e as interações na Educação Infantil podem reproduzir ou tensionar normas socialmente estabelecidas.

Ao relacionar essa compreensão com as práticas da Educação Infantil, é possível perceber que o brincar também se configura como um espaço onde as relações de gênero são construídas e manifestadas socialmente. Muitas vezes, nas

escolhas das brincadeiras ou na forma como as crianças se organizam, emergem representações do que a sociedade entende como “brincadeira de menino” ou “brincadeira de menina”.

Nesse sentido, o papel do/a professor/a é fundamental para observar, problematizar e ressignificar essas práticas, e como os brinquedos e as brincadeiras estão sendo pensados neste espaço. Segundo Sandra Santos (2010), as crianças constroem primeiramente sua identidade de gênero, reconhecendo-se como meninos ou meninas antes mesmo de se perceberem apenas como crianças. Esse processo ocorre dentro de uma estrutura cultural e social que estabelece diferenças e expectativas entre os sexos.

Essa reflexão evidencia que a identidade de gênero é uma construção social que se inicia muito cedo, atravessando as experiências cotidianas das crianças, inclusive nas brincadeiras, nas relações escolares e nas interações familiares. Assim, compreender o gênero como uma categoria social aprendida permite ao professor/a observar como certas práticas e discursos reforçam papéis tradicionais, e, ao mesmo tempo, possibilita pensar estratégias pedagógicas que valorizem a liberdade de ser e brincar, sem imposições baseadas no sexo biológico.

Ao adentrar o espaço escolar, um ambiente em que a criança ainda não estabeleceu vínculos afetivos, é possível perceber que ela já chega carregando uma bagagem cultural e social que orienta seus modos de agir e interagir. Essas aprendizagens iniciais, construídas sobretudo no contexto familiar, refletem expectativas sobre o que se considera adequado para meninos e meninas. Isso se manifesta, por exemplo, na escolha dos brinquedos e nas formas de participação nas brincadeiras, revelando como desde cedo as crianças são influenciadas por representações de gênero socialmente construídas.

Dessa forma, os “cantinhos pedagógicos” organizados na Educação Infantil muitas vezes carregam estereótipos de gênero, que se manifestam tanto na disposição dos espaços quanto na forma como os brinquedos são apresentados às crianças. O “cantinho da casinha”, por exemplo, costuma ser frequentado majoritariamente por meninas, pois ainda persiste, entre alguns professores e professoras, a ideia de que esse espaço deve ser explorado por elas. Os olhares e intervenções dos adultos, durante as brincadeiras, também revelam essas construções sociais de gênero, influenciadas por instituições como a família, a escola, a igreja e o próprio Estado.

Ao refletirmos sobre os cantinhos pedagógicos, é fundamental considerar de que forma eles estão sendo organizados, pois podem tanto reforçar estereótipos de gênero quanto promover a equidade. Observa-se que, muitas vezes, ainda existem expectativas pré-concebidas por parte das/os professoras/es em relação a quais crianças devem frequentar determinados espaços, orientando implicitamente meninos e meninas para atividades diferentes. Essa organização influencia as interações das crianças e pode reforçar limites socialmente construídos sobre o que é considerado apropriado para cada gênero.

Segundo Louro (2014,p.34) “uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente”. Tal afirmação, nos leva a pensar que quando os cantinhos permitem que meninos e meninas explorem livremente diferentes atividades sem delimitar determinados brinquedos ou brincadeiras a um gênero específico, abre-se espaço para reconhecer e valorizar as múltiplas formas de expressão de masculinidade e feminilidade.

Neste contexto, a forma como o/a professor/a desempenha seu fazer pedagógico surge como elemento integrante durante as brincadeiras, às vezes, ocupa lugar de observador(a) e organizador(a), outras, como personagem que especifica, questiona e enriquece o desenvolver da trama, ou, ainda, como elo entre as crianças e os objetos.

Segundo Louro (2014, p. 64) “temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui”. Tal afirmação evidencia a importância de que professoras e professores reflitam continuamente sobre sua própria linguagem, reconhecendo os vieses de sexismo, racismo e etnocentrismo que podem estar presentes de forma sutil, mas com grande impacto na formação das crianças.

Na Educação Infantil, a forma como os adultos se comunicam seja verbalmente ou por meio de instruções, comentários ou correções durante a execução brincadeiras, por exemplo, influencia diretamente a percepção que as crianças têm sobre papéis de gênero, diferenças culturais e relações sociais que podem ser construídas também ao longo de sua vida. Nesse sentido, o papel do/a professor/a é essencial na mediação das experiências lúdicas e de como os brinquedos e as brincadeiras estão sendo organizados na sala referência,

garantindo que o brincar esteja integrado de forma intencional ao currículo da Educação Infantil.

Assim, expressões como “menino não brinca de boneca” ou “menina não joga bola” continuam a reforçar fronteiras simbólicas entre o que é considerado apropriado para cada sexo, limitando as possibilidades de expressão e aprendizagem das crianças. Assim Corsaro (2002, p.114) explica que,

As crianças produzem a primeira de uma série de culturas de pares nas quais o conhecimento infantil e as práticas são transformadas gradualmente em conhecimento e competências necessárias para participar do mundo adulto. [...] As crianças apropriam-se criativamente da informação do mundo adulto para produzir a sua própria cultura de pares.

Dessa forma, durante as brincadeiras propostas pelas professoras/es, as crianças tendem a reproduzir comportamentos e papéis que lhes foram transmitidos em seus contextos familiares e socioculturais. Assim, muitas vezes, seguem padrões que determinam como e com quem determinadas brincadeiras devem acontecer. Em diversas situações, observa-se uma separação entre meninos e meninas: enquanto os meninos costumam se envolver em brincadeiras que exigem maior movimento, como correr e jogar bola, as meninas, em geral, são direcionadas para atividades associadas ao cuidado e à organização, como brincar de casinha ou com bonecas.

Essas distinções revelam como as práticas lúdicas também são permeadas por estereótipos reproduzindo modelos culturais que delimitam o lugar de cada um nas interações sociais. Sendo assim, muitas das divisões observadas durante as brincadeiras refletem, em parte, preocupações dos pais em relação ao futuro comportamento ou orientação das crianças.

No entanto, é importante compreender que tais associações são equivocadas. Como afirma Finco (2005, p. 14), “o fato de um menino brincar com uma boneca e de uma menina brincar com carrinho não significa que eles terão, no futuro, uma orientação homossexual”. Essa compreensão reforça a necessidade de que as práticas pedagógicas na Educação Infantil promovam a liberdade de expressão tanto nas brincadeiras quanto na escolha dos brinquedos feito pelas crianças, permitindo que todas/os explorem diferentes tipos de atividades sem serem limitadas por expectativas de sexo.

A escola tem uma grande influência no que se diz respeito de como essas questões de gênero estão sendo internalizadas no contexto escolar. Como afirma Louro (1997, p.60):

Através de muitas instituições e práticas, certas condutas foram e são aprendidas e interiorizadas; tornam-se quase “naturais” (ainda que sejam “fatos culturais”). A escola é parte importante desse processo, ela promove uma socialização diferenciada, privilegiando os meninos mais do que as meninas, construindo uma naturalidade de tal forma que nos impede de perceber a distinção aplicada entre eles.

Geralmente, na Educação Infantil, os meninos possuem mais privilégios para participar de diferentes brincadeiras do que as meninas, evidenciando como as instituições ainda mantêm certa separação entre o masculino e o feminino. No entanto, é interessante observar que, nessa fase, meninos e meninas ainda não internalizaram o sexismo da forma como ele se apresenta na cultura construída pelos adultos.

Percebemos que, desde cedo, começam a surgir influências sociais que indicam expectativas diferenciadas para meninos e meninas. A forma como essa divisão é passado para as crianças acaba sendo internalizada durante toda fase da vida delas nesse espaço, muitas vezes meninos e meninas já se apropriaram de que existe um certo brinquedo ou brincadeira que é destinado a cada sexo.

Para Louro (1997, p. 64), “é indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem.” Assim, torna-se necessário refletir sobre de que forma minha prática enquanto professor/a contribui para a promoção da equidade de gênero. Diante desse questionamento, é importante considerar que a Educação Infantil representa a primeira etapa da vida das crianças em um contexto diferente daquele ao qual estavam habituadas.

É nessa fase que surgem implicações significativas durante as brincadeiras, especialmente quando há uma separação rígida entre meninos e meninas. A forma como organizamos e orientamos essas atividades pode reforçar estereótipos de gênero ou, ao contrário, oferecer oportunidades para que todas as crianças explorem livremente diferentes tipos de brincadeiras nas quais são convidadas/os a explorar.

Um exemplo bastante evidente dessa questão pode ser observado durante os momentos de recreação, quando o/a professor/a planeja e organiza as brincadeiras de forma a reforçar a separação de gênero entre as crianças. Em muitas situações, ainda é comum a divisão das atividades a partir de estereótipos, como quando o futebol é destinado aos meninos e as brincadeiras de roda ou de casinha são direcionadas às meninas. Conforme aponta Guacira Louro (2019, p.12)

Os corpos adquirem significados socialmente, a inscrição dos gêneros feminino ou Masculino nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade das formas de expressar os desejos e prazeres - também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Nesse viés, essa separação por gênero destinados aos momentos lúdicos e mediante estas diversas formas que se estabelecem no contexto da Educação infantil, essas posturas vão se constituindo como práticas sexistas, que também, são imersas no cotidiano das crianças e acabam sendo reproduzidas dentro e fora deste espaço como nas ações das crianças, conferindo, em alguns momentos, o caráter de naturalização.

Sendo assim, percebe-se o quanto práticas como essas têm sido naturalizadas de forma sutil no cotidiano das crianças na Educação Infantil. Tais situações demonstram que a escola, muitas vezes, reproduz padrões sociais que reforçam desigualdades e limitam as experiências infantis. Nesse contexto, o papel do/a professor/a torna-se primordial, uma vez que sua postura crítica e reflexiva pode transformar o espaço lúdico em um ambiente de equidade e respeito à diversidade desde cedo.

Quando o/a professor/a busca promover brincadeiras que valorizem a cooperação, a liberdade de escolha e o reconhecimento das diferenças, faz com que isso contribui ainda mais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e emancipadoras, que reconhecem o brincar como instrumento de formação integral e de construção de uma educação antissexista.

3.3 Linguagem oral e gênero no cotidiano escolar

A linguagem é uma das primeiras formas de expressão e comunicação das crianças, desempenha um papel fundamental na construção das identidades de gênero dentro da Educação Infantil. É por meio das interações cotidianas, das conversas, das narrativas e das trocas simbólicas que as crianças vão compreendendo e ressignificando aquilo que é socialmente esperado de meninos e meninas.

Nesse sentido, pensar a linguagem oral articulada às discussões de gênero implica reconhecer que o modo como nomeamos, perguntamos, escutamos e conduzimos as falas das crianças pode reforçar estereótipos ou, ao contrário, abrir caminhos para práticas mais igualitárias e sensíveis à diversidade.

Assim, ao analisarmos as interações verbais no cotidiano pedagógico, percebemos como determinadas expressões, incentivos ou silenciamentos revelam concepções de gênero já naturalizadas no discurso adulto/a, muitas vezes reproduzidas sem reflexão. Dessa forma, compreender a linguagem como prática social e cultural significa também reconhecer sua potência para questionar normas, ampliar repertórios e possibilitar que as crianças expressem seus pensamentos sem uma visão estereotipada.

É na Educação Infantil que as crianças desenvolvem suas múltiplas linguagens, sendo a linguagem uma dessas dimensões. Assim, é primordial pensar a partir do pensamento de Louro (1999) que as diferenças estão, constantemente, sendo produzidas no meio social, através de processos linguísticos e discursivos, em um campo que é político e que está implicado nas relações de poder. Sendo assim, a escola surge como um espaço, onde o uso da linguagem é fortemente influenciado através dos currículos e das práticas pedagógicas planejadas também pelo corpo docente.

A linguagem constitui um importante mecanismo de produção e reprodução das desigualdades de gênero no cotidiano da Educação Infantil. Observa-se, por exemplo, que professoras/es frequentemente utilizam o masculino genérico para se referirem ao conjunto de crianças, o que reforça simbolicamente a centralidade do masculino e invisibiliza o feminino.

Além disso, o emprego de diminutivos para meninas como “menininha” e de aumentativos para meninos como “meninão” contribui para a construção de estereótipos que definem lugares sociais distintos para mulheres e homens. Por meio dessas escolhas linguísticas utilizadas no cotidiano infantil, percebemos o quão essas práticas têm sido legitimadas às expectativas tradicionais de gênero, como a associação do feminino à maternidade, delicadeza e cuidado, enquanto o masculino é vinculado à força, autonomia e coragem.

Assim, a linguagem não apenas expressa, mas delimita e naturaliza papéis sociais que orientam a forma como meninas e meninos são educados e compreendidos na sociedade e principalmente no cotidiano escolar. Nesse sentido, a forma como conduzimos nossas práticas com as crianças especialmente no uso da linguagem em diferentes momentos da rotina pode estar carregada de visões sexistas.

Isso se evidencia, por exemplo, nas situações de brincadeira em que ocorre a separação por gênero ou quando determinados comportamentos são reforçados como próprios de meninas ou de meninos. Tais práticas, muitas vezes naturalizadas no cotidiano, ajudam a construir expectativas distintas para cada gênero. É importante considerar que o uso da linguagem, aliado às interações diárias, participa ativamente da constituição das identidades das crianças dentro desse espaço.

Ao planejar atividades aparentemente simples, como uma proposta de pintura, podemos de maneira intencional ou inconsciente reproduzir uma educação sexista ao associar cores a um sexo específico como sugerir rosa para meninas e azul para meninos.

Altmann (1999) destaca que é no uso cotidiano da linguagem que os entendimentos sobre masculinidade e feminilidade vão sendo construídos socialmente. Segundo a autora, as expressões utilizadas no cotidiano e as metáforas relacionadas ao corpo e às práticas sociais contribuem para a produção de sentidos que associam gênero à vida social, tornando essas representações cada vez mais naturalizadas nas relações vivenciadas pelas crianças.

O uso da linguagem também reforça os lugares que “mulheres” e “homens” são socialmente pressionados a ocupar, influenciando diretamente o modo como nos relacionamos com as crianças. Considerando que a Educação Infantil é um campo majoritariamente composto por professoras, é importante reconhecer que os

efeitos negativos produzidos por uma linguagem marcada por estereótipos de gênero são resultado de um processo histórico e social mais amplo.

Nesse sentido, a linguagem carrega e transmite mensagens que reproduzem visões tradicionais, consolidando expectativas distintas para homens e mulheres e naturalizando desigualdades que atravessam gerações e que hoje ainda são banalizadas.

Um exemplo recorrente pode ser observado em atividades de associação de imagens, nas quais as crianças são orientadas a ligar figuras às suas respectivas funções sociais. Em determinadas propostas, a imagem da mulher aparece associada ao cuidado doméstico, à maternidade ou à cozinha, enquanto a figura masculina é vinculada a atividades como caça, trabalho externo ou viagens.

Nota-se que os livros didáticos e a maneira como as professoras/es conduzem atividades como essas podem reproduzir de maneira sutil, naturalizando desigualdades desde cedo no cotidiano infantil.

Quando analisamos que a linguagem e as práticas pedagógicas reforçam expectativas distintas para meninas e meninos, percebemos que essa distinção é sustentada por significados produzidos culturalmente. Com base em Scott (1990), entende-se que o gênero é constituído por discursos e sistemas de significados socialmente construídos, que orientam como as pessoas compreendem o que é considerado próprio do feminino e do masculino. Esses significados, são produzidos historicamente e dão sentido às práticas, comportamentos e expectativas atribuídas a cada sexo.

Por outro lado, vemos que as crianças sofrem uma domesticação na escola, para que aprendam a se adequar neste ambiente é necessário seguir comportamentos que a escola espera para cada gênero, ou seja, as crianças precisam se adequar aos gestos, brincadeiras e brinquedos que são considerados corretos para meninas e meninos. Nessa perspectiva, observa-se que, por meio do uso da linguagem, as interações entre as crianças favorecem uma construção dinâmica de gestos, ações e formas de expressão. Contudo, a presença de uma lógica binária, rígida e normativa, acaba limitando as possibilidades, impedindo que as crianças transitem livremente entre diferentes posições e gestos.

É fundamental que professores e professoras promovam discussões sobre as relações de gênero no cotidiano escolar, incentivando as crianças a refletirem e questionarem estereótipos de que não existe um jeito certo para cada sexo, mas

que as instituições acabam naturalizando alguns comportamentos de maneira sutil na rotina escolar. Isso se torna ainda mais necessário quando observamos que muitos livros didáticos não se preocupam em contemplar as diferenças, mas tendem a caracterizá-las de maneira discriminatória.

Tanto a linguagem quanto as ilustrações presentes nesses materiais acabam legitimando as relações de gênero produzidas por uma sociedade sexista na construção de suas expressões de gênero.

Precisa se pensar enquanto educador/a como a linguagem pode favorecer a desigualdade de gênero nas relações construídas com as crianças na escola. Como determinamos algumas atividades, conduzimos determinadas brincadeiras, ou estruturamos divisões entre grupos de meninas e meninos revela como práticas aparentemente simples podem reforçar expectativas tradicionais de gênero e limitar as possibilidades de expressão das crianças.

A criança constrói uma expressão de gênero e denomina como menino ou como menina nas relações sociais construídas culturalmente e socialmente, com base nas próprias percepções, compreensões e atuações acerca daquilo que vê e compreende do adulto/a e ao mundo ao seu redor.

Nesse sentido, Louro (1997,p.65) pontua que:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das destinações e das desigualdades, a linguagem é seguramente o campo mais eficaz e persistente tanto porque ela nos parece, quase sempre, muito natural.

Pensamos que a partir das práticas discursivas presentes no cotidiano escolar que a criança vai percebendo que existe uma certa maneira de corresponder a cada sexo, é como se existisse uma maneira única de meninas e meninos agirem ou se comportarem. Tais pensamentos mostram concepções diversas e posições distintas sobre compreensões acerca da expressão de gênero "menino" e "menina". Percebe-se que esses discursos trazem ditos sexistas, excludentes e heteronormativos.

É necessário validar que esses discursos validam a identidade das crianças, elas se apropriam daquilo que é colocado desde cedo, precisamos pensar que esses posciomentamtos são tomados como verdade em algumas instituições de

Educação Infantil e acabam influenciando a maneira como professoras/es conduzem suas práticas rotineiras.

Diante das discussões apresentadas até aqui, que evidenciam como os discursos e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar contribuem para a produção e a validação de normas de gênero desde a infância, torna-se necessário deslocar o olhar para os processos formativos das/os docentes. Compreende-se que a reprodução ou a problematização dessas normas está diretamente relacionada às concepções construídas ao longo da formação inicial e, sobretudo, da formação continuada.

Assim, torna-se fundamental validar a necessidade de preparação contínua do/a professor/a para enfrentar questões que, em muitos casos, não foram contempladas de forma suficiente em sua formação inicial, exigindo processos formativos que ampliem conhecimentos e fortaleçam práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero.

Nesse sentido, a seção final deste trabalho dedica-se à análise do curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)*, buscando discutir de que maneira essa experiência formativa tem contribuído para ampliar as percepções das professoras participantes acerca das relações de gênero e para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero.

Além disso, será discutido como a formação docente continuada, a partir das experiências e reflexões promovidas pelo curso, se configura como um espaço fundamental para reflexão e questionamento de concepções naturalizadas no cotidiano escolar.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE NO CURSO CDE

Nesta seção, objetiva-se analisar de que forma o curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)* se configura como uma ferramenta de formação continuada capaz de fomentar reflexões e práticas pedagógicas voltadas à equidade de gênero.

Para tanto, a discussão será estruturada em três eixos interligados: a primeira subseção serão exploradas as possibilidades abertas pelo curso para uma educação antissexista, considerando seus fundamentos teóricos, Em seguida, adentra-se às vozes das professoras: percepções sobre as contribuições do curso CDE, subseção dedicada à análise dos dados coletados por meio de questionário, visando captar o impacto da formação na perspectiva das educadoras participantes do curso.

Por fim, serão elencadas e discutidas estratégias formativas na formação docente continuada com base nas aprendizagens construídas ao longo do curso e nas experiências relatadas pelas participantes durante as oficinas. Desse modo, busca-se não apenas avaliar a contribuição específica do CDE, mas também extrair subsídios para a construção de abordagens formativas sensíveis às questões de gênero desde a infância.

Para iniciar um diálogo acerca da temática, é importante destacar como a educação sexual é vista como um tema polêmico, e que sua abordagem se faz por uma dimensão delicada. E, ao dialogar sobre a sexualidade infantil, sabemos que é uma discussão que se torna mais intensa e impetuosa. Assim, cientes de todos os tabus, preconceitos e conceitos atribuídos ao tema da sexualidade em especial sobre a sexualidade infantil, precisamos se perguntar enquanto professores/as, antes de qualquer coisa, considerar que criança que é esta que está diante de nós, os adultos?

Assim, fica claro que devemos considerar nas discussões como as formações continuadas voltadas às essas questões se torna primordial na formação de professoras/es que atuam diretamente com crianças pequenas. Por isso, é preciso pensar que ao se falar de sexualidade para crianças maiores já se faz por grandes desafios, e ao pensarmos em Educação Infantil? Percebermos o quão dialogar com a sexualidade, se faz presente ainda grandes desafios ainda muito maiores.

Figueiró (1995, p. 8) define a educação sexual como “[...] toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana”. A partir dessa concepção, entende-se que essa dimensão educativa não se restringe a conteúdos biológicos ou informativos, nem a momentos pontuais do currículo escolar. Trata-se de um processo contínuo, que envolve valores, atitudes, relações, identidades, afetos e o respeito à diversidade. Nesse contexto, a formação docente assume papel central, uma vez que são os/as professores/as que mediam as experiências educativas construídas no cotidiano escolar.

Para a formação docente, essa concepção implica reconhecer que educar sexualmente não é apenas “ensinar sobre sexo”, mas criar espaços pedagógicos de diálogo, escuta e reflexão crítica, capazes de problematizar estereótipos, desigualdades de gênero, preconceitos e violências. Assim, a educação sexual passa a ser entendida como uma prática pedagógica intencional, ética e comprometida com a formação integral dos sujeitos, exigindo que professores/as sejam preparados/as para lidar com a temática de forma sensível e comprometida.

O Curso nasce a partir de uma perspectiva formativa comprometida com a construção de práticas pedagógicas críticas, sensíveis às diferenças e voltadas para a promoção da justiça social no contexto educacional.

O curso foi organizado pela professora Sirlene Mota, em articulação com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), o curso propõe-se a problematizar as formas como os corpos, as identidades e as diversidades são historicamente produzidos, regulados e vivenciados nos espaços escolares. O acesso ao curso CDE foi viabilizado mediante inscrição realizada por meio de link eletrônico, amplamente divulgado nas redes sociais, especialmente no Instagram, além de compartilhamento em grupos de WhatsApp

O CDE é uma proposta de formação continuada voltada para profissionais da educação, com foco na compreensão crítica da corporeidade e da diversidade, especialmente nas dimensões de gênero e sexualidade. Sua principal finalidade é possibilitar que educadores/as estejam mais preparados/as para atuar de forma inclusiva, respeitosa e transformadora nas escolas e demais espaços educativos como cita Sirlene Silva (2025, p. 10), o principal objetivo do curso está em:

[...] contribuir com profissionais da educação maranhenses, instrumentalizando-os/as para refletir a respeito desses temas, proporcionando condições para efetivar uma educação inclusiva, não sexista e não racista, para que sejam capazes de produzir e estimular o senso crítico de crianças, adolescentes e jovens nas diferentes situações do cotidiano escolar, de forma articulada à proposta pedagógica da escola.

A relevância do Curso CDE se manifesta no contexto brasileiro atual, onde, apesar das recentes conquistas sociais, persistem intensos debates e resistências à inclusão de temas como gênero e sexualidade no currículo escolar. Grupos conservadores, muitas vezes amparados em discursos não científicos e doutrinas religiosas, opõem-se firmemente a propostas pedagógicas que buscam uma sociedade mais justa, atrasando, assim, avanços importantes. Tais desafios são agravados pela persistência das desigualdades de gênero, preconceitos e discriminações contra diversas identidades, que ainda não recebem a devida atenção no cotidiano escolar, do ensino infantil ao superior. Como cita Sirlene Silva (2025, p. 11):

[...] ainda nos deparamos com desigualdades de gênero, com preconceitos e discriminações em relação ao sexo, à orientação sexual, à pessoa negra, deficiente, dentre outras voltadas às diversidades e não é dada a devida atenção a essas questões no cotidiano da escolar.

Nesse cenário complexo, o curso se torna essencial para capacitar as/os educadoras/es com o conhecimento e as ferramentas necessárias para enfrentar essa realidade. Ao abordar criticamente as desigualdades persistentes no sistema de educação, o curso não apenas informa, mas também capacita as/os profissionais a desconstruir preconceitos e a intervir de forma ética promovendo um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e respeitoso para todos os corpos e identidades.

O objetivo geral do curso é desenvolver uma formação sólida sobre as temáticas de corpo e diversidade, a fim de fomentar práticas pedagógicas que valorizem as identidades e combatam preconceitos no cotidiano escolar. Nesse sentido, os/as participantes são estimulados/as a refletir sobre suas experiências e a produzir conhecimentos e intervenções didáticas alinhadas aos princípios dos direitos humanos e da equidade. Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- A promoção da inclusão social por meio da desconstrução de culturas discriminatórias em torno do corpo, gênero e sexualidade;
- A elaboração de propostas didáticas que aproveitem os acervos

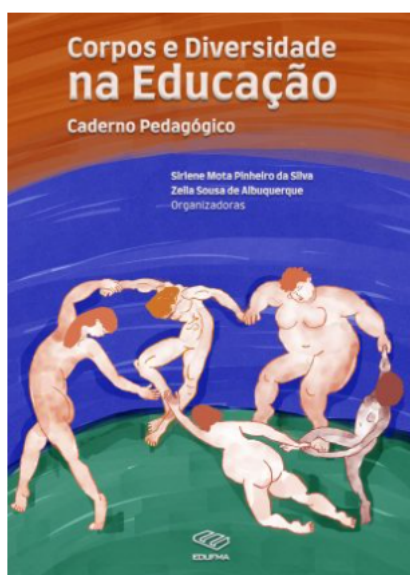
culturais e curriculares para promover debates sobre corpo e diversidade em diferentes áreas do conhecimento;

- A produção de materiais de apoio que auxiliem o trabalho pedagógico em escolas da educação básica e outras instituições educativas do estado do Maranhão.

O curso foi organizado em três módulos temáticos, com 60 horas cada, totalizando 180 horas:

1. Gênero e Diversidade
2. Corpos e Corporeidades
3. Relações de Gênero e Sexualidade na Escola

Figura 1- Caderno pedagógico



Fonte: Capa do Caderno Pedagógico do Curso CDE

Por meio deste caderno pedagógico, as participantes têm acesso a todo o conteúdo teórico do curso, o que possibilita uma análise reflexiva sobre os temas abordados, bem como o desenvolvimento de atividades formativas que dialogam diretamente com suas práticas pedagógicas no contexto da Educação. O material configura-se, assim, como um importante instrumento de apoio à formação docente continuada, ao articular fundamentos teóricos, propostas de reflexão e sugestões de atividades .

A metodologia do curso combina atividades presenciais e remotas, com uso da plataforma *Google Classroom*, permitindo uma abordagem flexível, crítica e voltada para a realidade educacional local.

4.1 Possibilidades para uma Educação Antissexista

Ao refletir sobre as possibilidades para uma educação antissexista, torna-se fundamental compreender a escola como um espaço de produção de saberes, valores e práticas que podem tanto produzir quanto questionar desigualdades de gênero. Nesse sentido, a educação antissexista propõe ações pedagógicas intencionais que problematizem estereótipos, hierarquizações e discriminações baseadas no sexo e no gênero. Segundo Louro (2000, p.32):

Os discursos sobre a sexualidade evidentemente continuam se modificando e multiplicando. Esses discursos não são, obviamente, absolutos nem únicos; muito pelo contrário, agora, mais do que antes, outros discursos emergem e buscam se impor; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, a política e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas.

Conforme aponta a autora os discursos permitem compreender que a sexualidade é construída social e historicamente por meio de discursos que se transformam ao longo do tempo. Esses discursos não são fixos nem homogêneos, mas atravessados por disputas de poder, uma vez que diferentes grupos buscam afirmar suas visões, identidades e experiências. Nesse processo, identidades que antes eram silenciadas ou marginalizadas passam a ocupar espaços de visibilidade e reconhecimento.

É necessário refletir sobre como as relações construídas no cotidiano escolar podem reforçar uma visão sexista¹, considerando que o papel do/a professor/a é essencial na mediação e na construção dessas relações, uma vez que suas práticas, discursos e intervenções influenciam diretamente a formação das crianças.

Pode-se inferir que a lacuna existente no que se refere à educação sexual na formação inicial das professoras constitui um dos, senão o principal fatores que influenciam a percepção docente sobre essa temática. Nessa perspectiva, torna-se

¹Sexismo é um termo utilizado para distinção de papéis sociais por gênero masculino e feminino.

necessário refletir sobre a forma como as professoras da Educação Infantil compreendem a sexualidade, uma vez que tal compreensão está diretamente relacionada às maneiras pelas quais conduzem suas práticas pedagógicas e atividades com as crianças no cotidiano escolar.

Ao trabalhar com sexualidade na escola o educador traz consigo a sua construção sócio-histórica, a forma como foi educado sexualmente, pela família e pela sociedade, exigindo-se do educador uma constante reflexão, estudos e atualizações para que tenha sucesso nesse trabalho. (Martin, 2010, p. 93)

A partir dessa perspectiva, é importante ressaltar que o trabalho com a sexualidade na escola não é neutro, pois o/a educador/a leva para a prática pedagógica suas próprias vivências, valores e concepções construídas historicamente ao longo de sua formação familiar, social e cultural. Dessa forma, ao abordar a sexualidade no contexto escolar, especialmente na educação infantil torna-se fundamental que o/a docente realize um exercício constante de reflexão crítica sobre suas crenças e posturas, buscando estudos e atualizações que possibilitem uma atuação pedagógica consciente, ética e comprometida com o respeito à diversidade.

Tal questionamento permite desvendar como os discursos e as ações são pautados pela heteronormatividade, pela binaridade de gênero, sexismo, acerca de tais mecanismos tendo consequências sociais, psicológicas e individuais dos sujeitos.

A forma como é conduzida a prática do professor/a pode estar carregada de que existe um jeito “correto” de meninos e meninas agirem nas atividades escolares ou nas relações que se estabelecem entre as crianças.

Sob essa ótica, faz-se necessário que a educação sexual adentre às escolas de forma intencional, atentando-se aos direcionamentos apresentados nos currículos educacionais e, sim, desde na Educação Infantil, pois este é o primeiro espaço em que as crianças iniciam suas relações sociais para além do convívio familiar e se mostram convidativas a conhecer e construir relações que possam explorar o mundo ao seu corpo.

Sob essa ótica, faz-se necessário que a educação sexual entre as escolas de forma intencional, atentando-se aos direcionamentos apresentados nos currículos educacionais e, sim, desde a Educação Infantil. Assim, é importante refletir a,

Importância do papel das professoras nas diversas mediações na Educação Infantil, uma vez que são capazes de muito influenciar nas questões voltadas para as relações de gênero, assim como a educação do corpo. A atuação da professora aparece em grande parte dos trabalhos como fator de grande potencial para transformar e ressignificar as experiências e relações vivenciadas pelas crianças de forma que estas sejam não sexistas e livres de preconceitos (Vieira e Altman, 2016, p. 150).

Nesse sentido, a atuação docente possui um grande potencial transformador, uma vez que práticas pedagógicas intencionais e críticas podem ressignificar experiências marcadas pelo sexismo.

No cotidiano escolar, práticas, símbolos e discursos contribuem para a construção de normas que orientam os modos de ser, agir e se relacionar das crianças. Como aponta Louro (2003, p.58)

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o 'lugar' dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos.

A partir dessa compreensão, a escola acaba determinando como os sujeitos devem se enquadrar nesse “perfil” que é colocado desde cedo, longe de um espaço neutro a escola comunica valores que talvez molde os comportamentos de meninos e meninas e que acaba influenciando diretamente a maneira como as relações são construídas neste espaço. Através de muitas instituições e práticas, essas concepções foram e são aprendidas e interiorizadas, ao delimitar espaços e indicar modelos considerados adequados, a instituição escolar contribui para a construção de expectativas sobre comportamentos, corpos e identidades, especialmente no que se refere às relações de gênero.

Enquanto professor/a preciso voltar ao olhar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. Segundo

Louro (2003,p.63) “problematiza a ideia de que a separação entre meninos e meninas na escola seja algo natural, seja na organização das filas, nos trabalhos em grupo ou na escolha dos brinquedos”.

A autora questiona a naturalização dessas práticas e destaca que, no cotidiano escolar, as crianças frequentemente se misturam para brincar e realizar atividades, evidenciando que tais separações são construções sociais e não determinações naturais. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossas crianças dão ao que aprendem.

Por outro lado, é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho. Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, ou qualquer outro tipo de discriminação socialmente construídas que ela frequentemente carrega e institui.

Isso evidencia que muitas práticas presentes no cotidiano escolar, como a separação entre meninos e meninas ou a diferenciação de brinquedos, são frequentemente naturalizadas. No entanto, tais práticas constituem-se como construções sociais que são reiteradas e legitimadas pela própria instituição escolar.

Por outro lado, percebe-se que as crianças, em diversas situações, demonstram formas mais livres e espontâneas de interação, misturando-se para brincar e realizar atividades coletivas. Esse movimento revela a possibilidade de construção de relações menos marcadas por normas e estereótipos de gênero, indicando que tais divisões não são inerentes às crianças, mas socialmente produzidas e reforçadas no contexto educativo.

Nesse sentido, a educação antissexista propõe que a escola e as professoras problematizam essas divisões naturalizadas, criando práticas pedagógicas que ampliem as experiências das crianças e promovam relações mais igualitárias e respeitosas.

Diante disso, o curso CDE configura-se como um importante ferramenta de formação docente, servindo como guia orientador para as professoras ao longo do percurso formativo. O livro propõe reflexões que articulam teoria e prática, possibilitando aos docentes compreenderem o corpo, a sexualidade e as relações de gênero como dimensões constitutivas do processo educativo. Nesse sentido, o livro contribui para a ampliação do repertório teórico-metodológico das professoras, favorecendo uma atuação pedagógica mais crítica e consciente.

Dentre os módulos que compõem o curso, o módulo 3, dedicado à temática da sexualidade, assume papel central na formação docente, ao problematizar concepções naturalizadas e normativas presentes no cotidiano escolar. O módulo compreende a sexualidade como uma construção social, histórica e cultural, orientando as professoras a refletirem sobre como discursos, práticas e relações escolares influenciam a forma como as crianças constroem percepções sobre seus corpos, comportamentos e identidades.

Nesse contexto, a formação continuada oferecida pelo CDE fortalece o papel da professora enquanto mediadora das relações vivenciadas na Educação Infantil. Ao proporcionar espaços de estudo, reflexão e diálogo, o curso possibilita que as docentes revisitam suas práticas pedagógicas, identifiquem situações de reprodução do sexismo e construam estratégias educativas comprometidas com uma perspectiva antissexista. Dessa forma, a formação docente torna-se um elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas que promovam a equidade de gênero e a valorização das múltiplas formas de ser e estar no mundo desde a infância.

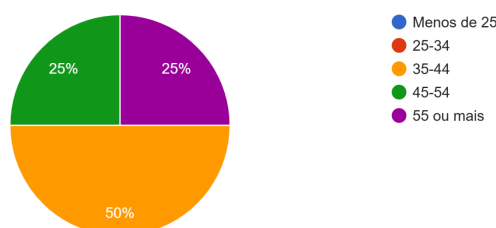
4.2 As vozes das professoras: contribuições do curso CDE

Nesta subseção, serão apresentados os resultados oriundos da aplicação do questionário de pesquisa para às 4 professoras participantes do curso e desta pesquisa. Para análise e discussão foi realizada articulação e triangulação dos materiais obtidos na pesquisa, buscando-se compreender de que forma as relações de gênero fazem parte das práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras no referido curso.

Para assegurar os princípios éticos da pesquisa e preservar a identidade das participantes, adotaram-se pseudônimos ao longo do texto, identificando-as como Flor, Rosa, Girassol e Margarida. Elas integram diferentes contextos educativos e contribuíram com o estudo a partir de suas experiências formativas e de suas práticas pedagógicas, especialmente no que se refere às questões de gênero, corpo e sexualidade no cotidiano escolar.

Gráfico 1 - Faixa Etária das participantes

1.Qual sua idade?
4 respostas



Fonte: dados da pesquisa(2025)

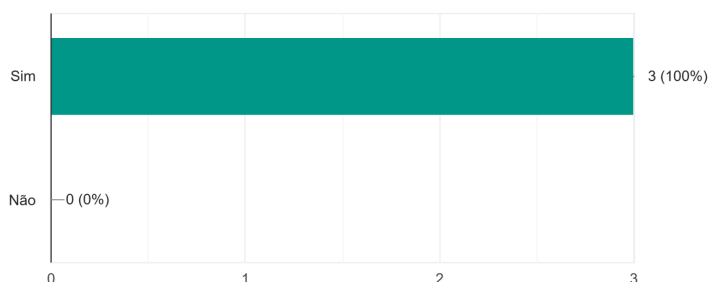
O gráfico 1 mostra a quanto tempo as participantes atuam na educação infantil, dados revelam que a maioria das participantes possui ampla experiência nesta área. Com base nas respostas das professoras, os dados de idade revelam o seguinte resultado: 50% das respondentes têm entre 35 e 44 anos. As demais distribuem-se igualmente nas faixas de 45 a 54 anos e 55 anos ou mais, com 25% cada. Não houve participantes com menos de 35 anos. Esses dados indicam que o grupo de professoras participantes é composto majoritariamente por profissionais com experiência consolidada, o que contribui para reflexões mais aprofundadas sobre a prática pedagógica e a formação docente.

Na questão 2, as professoras responderam sobre o tempo de atuação na Educação Infantil. As respostas indicaram que 100% das participantes possuem mais de 10 anos de experiência nessa etapa da educação básica. Esse dado evidencia que o grupo investigado é composto por profissionais com ampla trajetória na área, o que confere maior consistência e credibilidade às respostas apresentadas ao longo da pesquisa.

Na questão 3, as professoras foram questionadas acerca de sua formação inicial, foi possível observar que 100% das participantes possuíam licenciatura em Pedagogia.

Gráfico 2 - Nível de formação das participantes

4. Possui pós graduação
3 respostas

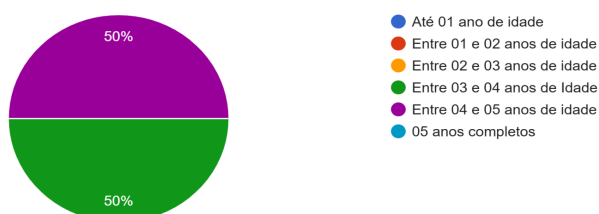


Fonte: dados da pesquisa(2025)

Conforme apresentado no Gráfico 2, observa-se que 100% das professoras participantes da pesquisa afirmaram possuir pós-graduação, evidenciando um elevado nível de formação continuada entre as docentes investigadas. Nesse sentido, na questão 5, as professoras foram questionadas sobre a realização de pós-graduação e, em caso afirmativo, sobre a área de formação. As respostas indicam que as pós-graduações realizadas concentram-se, majoritariamente, nas áreas de Educação Infantil, Educação, Psicologia da Educação, Supervisão, Gestão e Orientação Educacional, havendo, ainda, docentes com formação em nível de mestrado.

Gráfico 3 - Idade das crianças com as quais as participantes atuam

6. Idade das crianças com as quais atua?
4 respostas



Fonte: dados da pesquisa(2025)

O Gráfico 3 apresenta a idade das crianças com as quais as professoras atuam, em que mostra uma divisão equilibrada: 50% dos profissionais atuam com

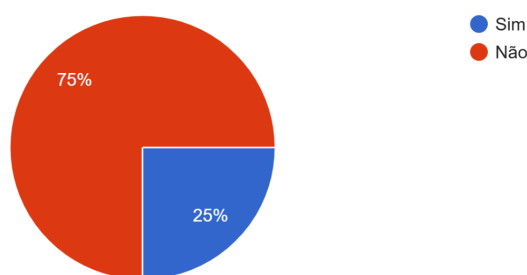
crianças entre 3 e 4 anos de idade e 50% com crianças entre 4 e 5 anos. Esse resultado indica que a atuação dos participantes está concentrada nas faixas etárias finais da Educação Infantil.

Em relação ao caráter da Instituição na qual as participantes atuam, os dados indicam que 100% das participantes atuam em instituições públicas de ensino. Esse resultado evidencia que o grupo investigado está integralmente inserido na rede pública.

Gráfico 4 - Participação em cursos sobre gênero e sexualidade

8. Este é o seu primeiro curso sobre a temática de gênero na educação?

4 respostas



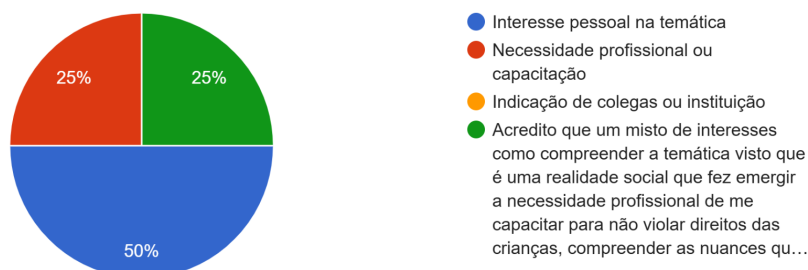
Fonte: dados da pesquisa (2025)

No gráfico 4, em relação à experiência formativa das participantes, os dados revelam que 75% afirmaram que este não é o primeiro curso sobre a temática de gênero na educação, enquanto 25% indicaram que este é o primeiro contato formativo com a temática. Esses resultados evidenciam que a maioria das professoras já teve acesso prévio a espaços formativos voltados às discussões de gênero, o que pode favorecer uma maior familiaridade com o tema e potencializar reflexões críticas sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil. Por outro lado, o fato de uma parcela das participantes estar tendo seu primeiro contato formativo com a temática reforça a importância de iniciativas de formação continuada, como o curso em questão, na ampliação do acesso a debates fundamentais.

Gráfico 5 - Motivação das participantes no curso

9. O que motivou sua participação neste curso?

4 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2025)

No Gráfico 5 evidencia que a principal motivação das professoras para participar do curso CDE – Corpos e Diversidade na Educação foi o interesse pessoal na temática, apontado por 50% das respondentes. As demais participantes (25% cada) indicaram a necessidade profissional ou de capacitação e um conjunto de interesses, que envolve a compreensão da temática como uma realidade presente no cotidiano escolar. Os dados demonstram que a adesão ao curso esteve relacionada tanto a motivações pessoais quanto profissionais, evidenciando a relevância do curso como espaço de aperfeiçoamento de suas práticas cotidianas.

No eixo “Compreensões Docentes sobre Gênero e Sexualidade” as docentes refletiram sobre alguns conceitos em questão. À questão 10 do questionário corresponde a uma pergunta aberta: Como as professoras compreendem o conceito de gênero, as respostas evidenciam que as professoras participantes apresentam uma compreensão que se afasta de uma perspectiva estritamente biológica, aproximando-se de concepções sociais, históricas e culturais do conceito.

Flor- “É uma categoria de análise sobre os papéis comportamentais e identidade socialmente construídos associados a homens e mulheres”.

Rosa- “São papéis , comportamentos e identidades socialmente construídos por uma sociedade , associados a homens e mulheres, e outras identidades diferentes do sexo biológico”.

Girassol- “Gênero engloba construções discursivas que se afastam de nuances meramente biológicas, pois compreendem processos históricos, sociais, políticos e culturais”.

Margarida- “Acredito que seja complexo definir, pois posso apresentar equívocos conceituais, mas refere-se aos papéis e comportamentos sociais considerados apropriados para homens e mulheres em determinada sociedade, “definindo” atividades, expectativas e atributos em uma época específica”.

De modo geral, observa-se que as respostas revelam uma compreensão alinhada às abordagens contemporâneas que concebem gênero como uma construção social, historicamente situada e atravessada por relações de poder.

Essa compreensão dialoga com Louro (1997), ao afirmar que gênero não é algo natural ou fixo, mas uma construção social e cultural, produzida nos discursos, nas práticas sociais e nas instituições, como a escola.

As docentes destacam que tais construções variam conforme o contexto histórico, político e cultural, indicando uma compreensão alinhada aos estudos de gênero discutidos no curso.

Uma das participantes, ao afirmar a complexidade do conceito, reconhece a possibilidade de equívocos conceituais, o que revela tanto um movimento reflexivo quanto a consciência dos limites da formação inicial sobre o tema. Esse aspecto evidencia a importância da formação continuada para aprofundar e consolidar conceitos relacionados às relações de gênero na educação.

No que se referia à questão sobre a compreensão do conceito de sexualidade, as respostas indicam uma visão ampliada e multidimensional, que ultrapassa a associação restrita ao ato sexual ou à dimensão biológica.

Flor- “Vai além do que sexo, são sentimentos, orientações papéis sexuais identidade de gênero pautada pela construção social”.

Rosa - “Maneira pela qual a pessoa expressa e vivência os sentimentos e instintos que fazem parte da atração sexual pelo outro”.

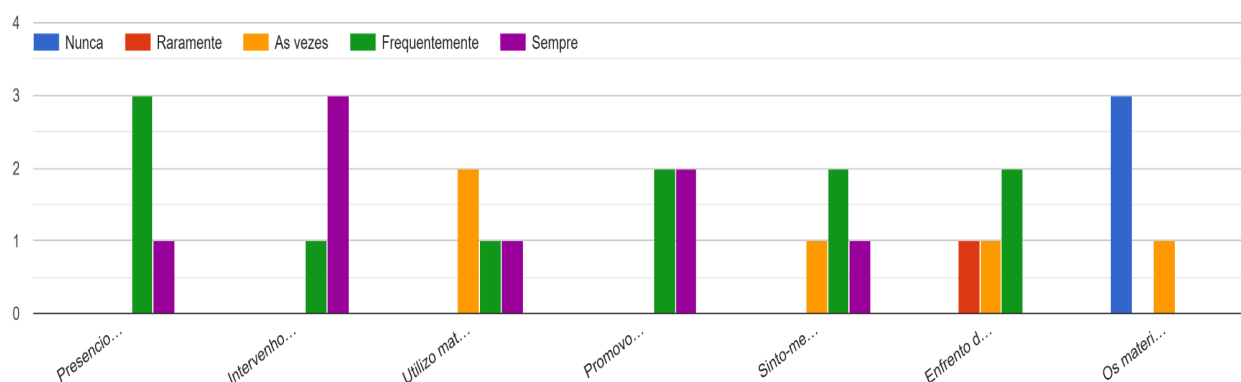
Girassol- “A sexualidade a partir de um conceito mais amplo, ancorado na perspectiva de Sirlene Mota, pois envolve práticas, desejos, afetos, identidades e modos de viver o corpo”.

Margarida - “Refere-se à maneira como o indivíduo se vê, como interage com os outros e como vive o afeto e o desejo. No entanto, a sexualidade é influenciada por fatores biológicos, psicológicos e culturais. também relaciona-se ao sexo, as identidades e papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução”.

Os docentes compreendem a sexualidade como um conjunto de práticas, afetos, desejos, identidades e modos de viver o corpo, influenciado por fatores sociais, culturais, psicológicos e históricos. De modo geral, as respostas revelam uma compreensão da sexualidade como parte constitutiva da identidade dos sujeitos, presente nas formas de sentir, se relacionar e expressar afetos, o que reforça a necessidade de sua abordagem no espaço escolar desde a infância.

Gráfico 6 - Frequência de situações cotidiana às questões de gênero

12. Marque a opção que melhor representa a frequência com que cada situação acontece na sua rotina de trabalho.



Fonte: dados da pesquisa (2025)

O gráfico 6 acima é apresentado a frequência com que determinadas situações relacionadas às práticas pedagógicas frente às questões de gênero ocorrem na rotina de trabalho das participantes, considerando as opções: Nunca, Raramente, Às vezes, Frequentemente e Sempre. Os dados indicam que as situações relacionadas às questões de gênero estão presentes no cotidiano das professoras, sendo frequentemente percebidas em sua rotina de trabalho.

Observa-se que a maioria das participantes afirmam intervir sempre ou frequentemente diante dessas situações, demonstrando uma postura ativa. Em relação ao uso de materiais e estratégias pedagógicas voltadas à temática, as respostas concentram-se entre às vezes e frequentemente, indicando avanços, mas também desafios para uma abordagem mais sistemática.

Na análise do último eixo “Curso CDE – Percepções e Contribuições para a Docência”. As perguntas foram direcionadas à questões voltadas às aprendizagens do curso, revelando de que forma o curso contribuiu para ampliação das compreensões acerca das relações de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Entre as percepções das professoras destacadas, observa-se a desmistificação da chamada “ideologia de gênero”, apontada como fundamental para o enfrentamento de discursos conservadores que atravessam o cotidiano escolar. As docentes também ressaltam a importância de compreender o papel do/a professor/a diante de situações de misoginia, bullying e discriminação, reconhecendo a escola como espaço de promoção do respeito.

Outras respostas enfatizam a ampliação da compreensão sobre estereótipos de gênero, bem como a relevância das atividades práticas desenvolvidas durante o curso, indicando que a articulação entre teoria e prática favoreceu reflexões mais concretas sobre o fazer pedagógico.

No que se refere ao questionamento sobre as oficinas que de alguma forma mudaram a forma de compreender o corpo, o gênero ou a sexualidade na escola, as respostas indicam que as oficinas desempenharam um papel significativo na ressignificação das concepções das professoras.

As participantes destacam, de modo especial, a oficina sobre sexualidade, apontando que as discussões e os significados construídos coletivamente contribuíram para ampliar a compreensão sobre a temática no cotidiano escolar. Embora uma das respondentes tenha indicado não ter participado de todas as oficinas, as demais afirmam que as atividades propostas foram fundamentais para reforçar conceitos e desmistificar estigmas historicamente presentes no contexto escolar.

Em um outro questionamento, as professoras tiveram que responder como as leituras e debates realizados no curso, ajudaram a identificar práticas discriminatórias em seu cotidiano escolar. Dentre as falas, as professoras destacam,

Flor- “Percebendo como a temática atravessa todas as temáticas do cotidiano como gênero, raça, situação social etc”.

Rosa- “Há padrões que seguimos desde sempre sem questionarmos sobre serem coerentes, através das leituras conseguimos alcançar outro olhar e tentar desconstruir práticas discriminatórias”.

Girassol - “As leituras possibilitaram ampliar meu olhar sobre pequenos detalhes do dia a dia que passam despercebidos aos olhos, um exemplo que citei anteriormente sobre a quantidade de meninos e meninas, em outras situações criei outras formas de contar: quantos de calça, saia, short e mais outras formas de olhar; conversei com mais ênfase com as crianças sobre pequenas frases ditas que de certa forma inibem a formação de identidade da criança”.

Margarida - “Os materiais, as interações me permitiram refletir sobre minha prática”.

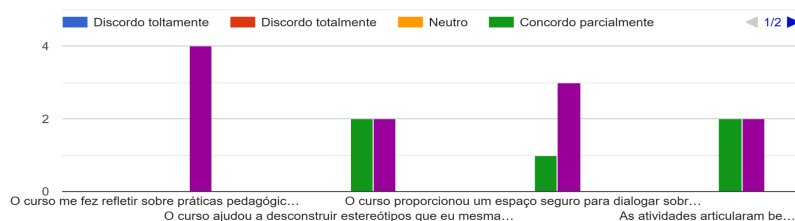
De modo geral, as respostas das professoras indicam que as leituras, os materiais e os debates promovidos pelo curso CDE contribuíram para ampliar a compreensão sobre como as questões de gênero, raça e outras dimensões sociais atravessam o cotidiano escolar. As participantes demonstram reconhecer que práticas discriminatórias muitas vezes estão naturalizadas nas rotinas da escola e passam despercebidas muitas vezes.

Segundo Souza (2008, p. 181), “o que se percebe é que, a partir dos discursos silenciados, são os ‘não ditos’ que circulam nos espaços escolares”, evidenciando que muitas práticas, normas e valores relacionados às diferenças e desigualdades são reproduzidos de forma implícita no cotidiano da escola, assim como relata uma das professoras em sua fala.

Em seguida, foi apresentada uma questão estruturada a partir da escala Likert, na qual as professoras participantes foram convidadas a avaliar seu grau de concordância em relação a algumas afirmativas sobre o curso CDE.

Gráfico 7 - Contribuições do curso CDE (Parte 1)

16. Para as afirmativas abaixo, marque a opção que melhor representa o seu grau de concordância dentre as afirmativas abaixo:



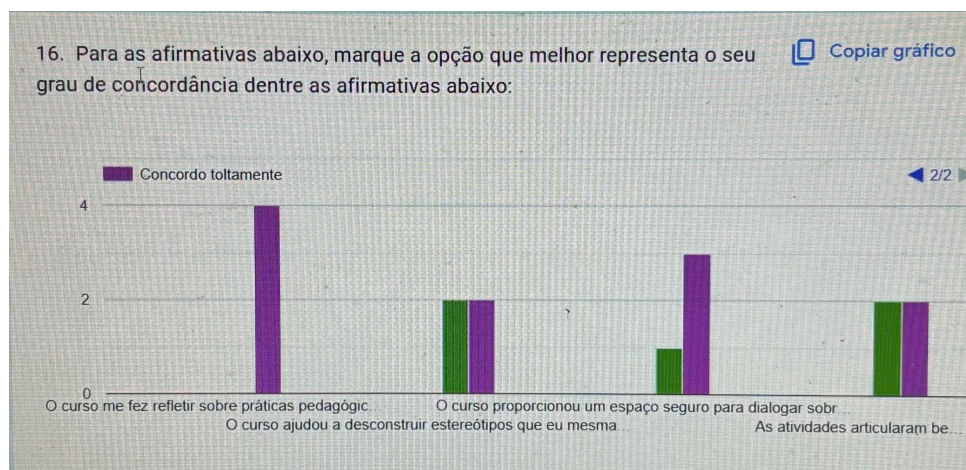
Fonte: dados da pesquisa (2025)

Observa-se no gráfico 7, com base nas respostas obtidas por meio da escala Likert, os resultados indicam alto grau de concordância das participantes em relação a algumas afirmativas sobre o curso CDE – Corpos e Diversidade. Predominam as opções concordo parcialmente e concordo totalmente, evidenciando que o curso contribuiu para a reflexão sobre as práticas pedagógicas, a desconstrução de estereótipos de gênero e a oferta de um espaço seguro para o diálogo.

A análise do gráfico evidencia uma predominância expressiva da opção “Concordo totalmente” entre as respostas, indicando uma avaliação altamente positiva do curso. Dentre as afirmativas que obtiveram maior índice de concordância total, destaca-se aquela que aponta que o curso possibilitou refletir sobre as práticas pedagógicas, revelando que a formação cumpriu um papel fundamental na problematização do fazer docente e na ampliação do olhar crítico das professoras sobre suas próprias práticas.

Outra afirmativa que também apresentou elevado número de respostas em “Concordo totalmente” refere-se ao fato de que o curso ajudou a desconstruir estereótipos previamente naturalizados pelas próprias participantes, evidenciando o potencial formativo do CDE na promoção de reflexões críticas acerca de gênero, corpo e diversidade no contexto da Educação Infantil.

Gráfico 8- Contribuições do curso CDE (parte 2)



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Além disso, observa-se no gráfico 8 uma concordância significativa quanto à afirmativa de que o curso proporcionou um espaço seguro para o diálogo, ainda que, em alguns casos, apareçam respostas de “Concordo parcialmente”, o que pode

indicar que, embora o espaço formativo tenha sido reconhecido como acolhedor, há desafios contínuos no aprofundamento dessas discussões no cotidiano escolar.

Por fim, a afirmativa relacionada à articulação das atividades desenvolvidas durante o curso também apresentou avaliações positivas, concentrando-se entre “Concordo totalmente” e “Concordo parcialmente”, o que reforça a percepção de que as propostas metodológicas do CDE foram consideradas coerentes e relevantes para a prática pedagógica das professoras participantes.

De modo geral, os dados revelam que o curso CDE foi avaliado de forma bastante positiva, especialmente no que se refere à promoção de reflexões críticas, à desconstrução de estereótipos e à criação de espaços formativos dialógicos, reafirmando sua importância enquanto proposta de formação continuada comprometida com práticas pedagógicas antissexistas e inclusivas.

Em seguida, as professoras foram questionadas se enfrentam desafios implementação de práticas pedagógicas que combatem estereótipos de gênero no ambiente escolar. Segundo elas,

Flor- “Formação de professores e material educativo escasso”.

Rosa - “A falta de apoio dos colegas e a falta de conhecimento dos pais das crianças”.

Girassol- “No meu contexto de sala de aula, tenho bastante liberdade de explorar atividades que se adequem a cada faixa etária. Contudo, percebo que muitas famílias têm visão bastante conservadora, então as estratégias devem ser discutidas com calma e seguindo etapas de apreciação”.

Margarida- “Trabalhar essa temática com as famílias ainda é delicado, visto que muitos pais e responsáveis possuem pouco conhecimento sobre a temática e costumam reproduzir falas equivocadas e também acabam reforçando e educando as crianças com base em conceitos que mostram preconceitos e discriminação”.

De modo geral, as respostas indicam que os principais desafios para a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatem estereótipos de gênero estão relacionados à insuficiência de formação docente, à escassez de materiais educativos, à falta de apoio institucional e entre os pares, bem como à resistência de algumas famílias, frequentemente marcada por visões conservadoras e pouco conhecimento sobre a temática. Isso se explica com a contribuição de Fiorini (2020,p.12):

Precisa se repensar do trabalho pedagógico e do currículo pela escola, além de cada docente e famílias repensarem a educação que estão possibilitando para as crianças que, no seu processo de socialização, necessita se conhecer e receber a formação necessária para, quando adultas/os, vivenciarem sua sexualidade plenamente como um direito.

Para fechar a última pergunta voltava em questionar as professoras sobre sua participação, levando em consideração de que forma no curso enxerga o papel da escola na promoção da equidade de gênero. A análise das respostas evidencia que todas as participantes afirmaram que o curso influenciou positivamente a forma como compreendem o papel da escola na promoção da equidade de gênero. Assim, Souza(2008) explica como é proveitoso valorizar os espaços de formação continuada e realmente ter objetividade para que possam parar de reproduzir velhos discursos reacionários.

Dado o exposto, a participação das professoras participantes evidenciaram que o curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)* constituiu-se como um espaço formativo potente para a reflexão crítica sobre as relações de gênero, o corpo e a sexualidade na Educação Infantil. A partir dos dados do questionário e das respostas abertas, percebe-se que as docentes passaram a reconhecer com maior clareza a presença de práticas pedagógicas naturalizadas e atravessadas por estereótipos de gênero no cotidiano escolar, bem como os efeitos dessas ações nas interações com as crianças.

As falas das participantes revelam, ainda, que o curso contribuiu para o fortalecimento da postura docente, ampliando o compromisso com práticas pedagógicas mais conscientes e reflexivas. Ao mesmo tempo, as professoras reconhecem que abordar as temáticas de gênero e sexualidade na Educação Infantil ainda representa um desafio, marcado por limites institucionais, culturais e formativos.

Dessa forma, a experiência relatada pelas professoras evidenciam que a formação continuada se configura como um espaço fundamental de escuta, diálogo e ressignificação das práticas pedagógicas, reafirmando o papel das professoras na promoção de uma educação mais equitativa.

4.3 As oficinas como espaço formativo

Esta subseção analisa a observação direta participante realizada ao longo de três oficinas, correspondentes aos três módulos do curso *Corpos e Diversidade-CDE*, destinados às professoras que atuam na Educação Infantil. A observação possibilitou compreender como as propostas formativas contribuíram para a problematização das normas de gênero e desconstrução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar.

No que se refere às participantes da etapa descrita nesta seção, destaca-se que as professoras envolvidas na observação direta não correspondem integralmente às mesmas participantes que responderam ao questionário. Apenas uma docente participou de ambas as etapas da pesquisa. Assim, as professoras participantes da observação direta foram identificadas por pseudônimos fictícios como: Flor-de-Lis, Violeta, Orquídea, Margarida e Tulipa, com o objetivo de preservar o anonimato das participantes.

É importante destacar que a formação docente, inicial e continuada, pode e deve ser uma ferramenta poderosa na construção de relações menos desiguais, mais plurais e democráticas na sociedade e principalmente no espaço escolar. Esta subseção dedica-se à análise da observação direta realizada ao longo das oficinas do curso CDE, destacando as estratégias formativas voltadas à promoção da equidade de gênero no contexto escolar.

Enquanto professores/as é preciso se pensar o quanto a escola em vez de fazer com que as diferenças sejam valorizadas neste espaço, acaba excluindo crianças que não correspondem a norma esperada pelo sistema. Nessa perspectiva, isso acontece porque, ao mesmo tempo em que a escola busca a universalização do acesso, o sistema escolar é permeado de mecanismos de seleção social e cultural que resultam na exclusão.

Assim, é preciso se criar uma proposta para uma escola que dialogue com todas as formas de ser e viver no mundo, com vidas vividas. Toda a escola está implicada nesse processo de produção de sujeitos, como explica Louro (1997, p.64):

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação constituem-se em espaços de construção das “diferenças” de gênero, de sexualidade, de etnia, de classe. Por meio de mecanismos imperceptíveis e “naturalizados”, a linguagem institui e demarca lugares (não apenas pelo ocultamento do gênero feminino ou da sexualidade homossexual, mas, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso ou rejeição do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas em relação a determinadas qualidades, atributos ou comportamentos). O currículo “fala” de alguns sujeitos e ignora outros; conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; as ciências, as artes e as teorias trazem a voz daqueles que se auto atribuíram a capacidade de eleger as perguntas e construir as respostas que, supostamente, são de interesse de toda a sociedade.

No âmbito da formação continuada promovida pelo curso CDE, e mais especificamente sobre a observação direta realizada durante a Oficina do Módulo I - “Gênero e Diversidade”, permitiu compreender como as estratégias formativas adotadas contribuem para a problematização das práticas pedagógicas e para a promoção da igualdade de gênero desde a primeira infância. A oficina ocorreu presencialmente em julho de 2025, em uma sala organizada em semicírculo, favorecendo o diálogo e a interação entre as participantes.

No centro do espaço, foi disposto um tecido colorido, dividido em quadrantes rosa, azul e amarelo, sobre o qual foram organizados brinquedos, livros infantis, materiais escolares e objetos simbólicos. Essa organização não foi aleatória, mas carregada de intencionalidade pedagógica, provocando reflexões sobre a naturalização das cores, dos brinquedos e das práticas associadas aos gêneros na Educação Infantil .

O grupo de professoras presentes no encontro formativo demonstrou envolvimento ativo nas discussões propostas, compartilhando experiências pessoais e profissionais relacionadas às desigualdades de gênero presentes no cotidiano escolar. As falas das participantes evidenciaram o reconhecimento da relevância da temática e o desejo de aprofundar conhecimentos sobre gênero na infância, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças.

Durante a observação, uma das professoras presentes, relata a forma como lida com as questões de gênero no seu cotidiano,

Flor-de-Lis- “Ainda é muito comum ouvir na escola frases como ‘isso é de menina’ ou ‘isso é de menino’. Essa separação dos brinquedos por gênero

acontece de forma tão natural que muitas vezes nem é questionada. Na minha prática, eu tento desconstruir isso, deixando as crianças livres para brincar com o que quiserem, sem essa imposição do que é próprio para menino ou para menina”(Relato de uma das professoras da Educação Infantil-módulo I)

A fala da professora evidencia tanto a permanência de estereótipos de gênero no cotidiano escolar quanto a possibilidade de práticas pedagógicas intencionais voltadas à desconstrução dessas normas.

As estratégias formativas adotadas na oficina, fundamentadas na escuta sensível, na troca de experiências e na utilização de elementos lúdicos, mostraram-se potentes para provocar questionamentos sobre normas de gênero historicamente construídas. Mesmo diante de desafios, como a baixa adesão inicial, a formação revelou-se um espaço fértil para a construção coletiva de novos olhares sobre a diversidade, reforçando a importância da formação continuada como caminho para práticas pedagógicas antissexistas e comprometidas com a promoção da equidade de gênero na Educação Infantil.

Essas normas aparecem de forma sutil, por meio da organização dos espaços, da escolha dos brinquedos e das expectativas atribuídas a meninos e meninas, interferindo nos comportamentos e nas interações das crianças.

Assim, a escola tende a produzir separações consideradas femininas e masculinas, naturalizando determinados modos de brincar, agir e se expressar. Crianças que destoam desses padrões, ainda que de maneira incipiente, podem vivenciar situações de controle, correção ou silenciamento, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da igualdade de gênero e com o enfrentamento da heteronormatividade desde a primeira infância.

Miskolci (2012, p. 52) aponta que “historicamente, nenhum outro espaço institucional foi tão claramente usado como uma tecnologia de normalização quanto o escolar”. Isso significa dizer que não deverá ser tão fácil alterar essa visão que a escola enquanto espaço de socialização, ele molda os corpos infantis e, por isso, a proposta é utilizar uma metodologia desconstrutiva, capaz de fazer com que o/a professor/a utilize de estratégias para criar um espaço em que as crianças se confrontam com as diferenças.

Para Richard Miskolci (2012, p. 49)

A educação atual [...] se constitui em um conjunto de técnicas que busca fazer o outro ser do jeito que a gente quer. [...] a gente aprende a ensinar como se ensinar fosse um processo bem-sucedido em que, no final, todo mundo pensa como você, age como você e vive como você.[...] ao invés de educar para homogeneizar ou alocar confortavelmente cada um em uma gaveta, estejamos começando a aprender a nos transformar por meio das diferenças.

Sob outra perspectiva, ao se confrontar com as questões de gênero e sexualidade nas relações infantis ou nas experiências vivenciadas com as crianças no cotidiano escolar, percebe-se que a forma como se conduz atividades ou brincadeiras realizadas durante momentos de recreação, está diretamente relacionada à formação docente e à intencionalidade pedagógica da professora.

Nesse sentido, a formação continuada configura-se como uma estratégia formativa fundamental, ao possibilitar que as docentes reflitam criticamente sobre suas práticas, identifiquem situações de reprodução de estereótipos de gênero e desenvolvam intervenções pedagógicas.

Na oficina II “Corpos e corporeidade” conforme apresentado no Caderno Pedagógico, propõe uma compreensão ampliada do corpo, superando a visão biologicista e fragmentada historicamente construída no âmbito educacional. O corpo é entendido como uma construção social, histórica e cultural, atravessada por relações de poder, normas, valores e significados que influenciam a forma como os sujeitos vivem, se expressam e aprendem.

Nesse sentido, foi problematizado que o corpo carrega marcas de identidade, cultura, memória e história, sendo atravessado por experiências sociais, políticas e culturais que influenciam diretamente o processo educativo. As discussões ressaltaram a necessidade de “desaprender” a concepção de que apenas o intelecto importa no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo o corpo como parte constitutiva do sujeito e do conhecimento.

As professoras participantes foram convidadas a refletir criticamente sobre suas próprias trajetórias formativas enquanto educadoras, revisitando suas concepções acerca do corpo na educação e reconhecendo como suas formações iniciais e continuadas, muitas vezes, negligenciaram a corporeidade como dimensão fundamental da prática pedagógica.

Ao discutirmos sobre o corpo e como ele sofre influências pela sociedade e pela própria escola, quando a ideia de regulação sugere que os processos sociais

moldam quem somos. Isso inclui as normas e regras que governam nossos comportamentos, especialmente em relação ao gênero.

É importante ressaltar que a contribuição de Judith Butler (2004) destaca que o gênero é influenciado por essas normas e como elas são internalizadas pelas pessoas. No entanto, Butler(2004) sugere que podemos desafiar essas normas. Ao agir de maneiras que não se encaixam nos padrões tradicionais de gênero, podemos abrir espaço para novas formas de pensar sobre quem somos e como nos identificamos.

Na oficina, foram promovidas reflexões que convidaram as professoras a analisarem criticamente suas práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula, especialmente no que se refere às questões relacionadas ao corpo. A partir de questionamentos sobre o que se entende por “corpo” e sobre como a escola o trata.

Assim, as participantes foram levadas a refletir acerca de como entendem essas questões, a participante identificada como,Jasmim coloca que,

Jasmim – “Muitas vezes, os corpos de meninos e meninas são vistos como problemáticos quando não correspondem às normas e expectativas impostas pelo sistema escolar e social. Quando um menino demonstra sensibilidade ou prefere brincar de boneca, por exemplo, isso logo causa estranhamento. Da mesma forma, quando uma menina é mais ativa, questionadora ou não se comporta dentro do que se espera como ‘delicado’, ela também é alvo de correções constantes. A escola, mesmo sem perceber, acaba reforçando padrões que limitam as possibilidades de expressão das crianças.(Professora da Educação Infantil-Módulo II)

Nessa perspectiva, Butler (1993) é outra autora fundamental para pensar as intersecções entre corpo, sexualidade e gênero; especialmente no que diz respeito à heteronormatividade. Butler evidencia que as normas de gênero e sexualidade são impostas pela cultura, as quais moldam os corpos e identidades dos indivíduos.

Durante a oficina do Módulo III, que teve como eixo central as “Relações de gênero e sexualidade na escola”, emergiram reflexões significativas a partir das experiências compartilhadas pelas professoras participantes, evidenciando como essas temáticas se manifestam no cotidiano da educação infantil e como ainda são atravessadas por preconceitos, estereótipos e desigualdades de gênero.

Uma das participantes destacou que a sexualidade quando abordada na escola, se torna um tema que sofre influências externas as sendo intimamente relacionada à orientação sexual da criança e que abordar esse tema no espaço escolar ainda gera muitas controvérsias e debates. Segundo a Professora Violeta,

Violeta- “Discutir sexualidade na escola provoca reações diversas, especialmente por se tratar de um assunto que ainda é visto como tabu, o que dificulta sua abordagem de forma natural, respeitosa e pedagógica” (Professora da Escola Infantil-Módulo III).

Essa fala evidencia a necessidade de compreender a sexualidade como parte do desenvolvimento humano, conforme propõe o caderno pedagógico do curso, e não como um conteúdo proibido ou inadequado ao contexto escolar.

Durante a oficina, uma das professoras participantes destacou a ausência de formação específica dos profissionais da educação para tratar das questões relacionadas à sexualidade na escola. Ao compartilhar sua percepção,

Orquídea- “A gente não recebe preparação para lidar com esse tema. Muitas vezes o professor evita falar sobre sexualidade porque tem medo, porque não sabe como abordar. E essa falta de formação acaba reforçando visões discriminatórias dentro da escola” (Professora da Escola Infantil-Módulo III)

Para esta professora, despreparo docente contribui para que as discussões sobre gênero e sexualidade sejam evitadas ou tratadas de maneira superficial, o que acaba perpetuando preconceitos e silenciamentos no ambiente escolar, em vez de promover uma educação inclusiva e baseada no respeito às diferenças.

É importante destacar a contribuição de Foucault (1996) em que aponta a escola como um dos confinamentos intoleráveis e uma das razões dessa intolerabilidade não se liga somente à disciplinarização dos atos, dos comportamentos, à obrigatoriedade de disciplinar os corpos de diversas formas. Para a instituição de ensino, esse tipo de temática se torna intolerável se adentrar no contexto infantil, é como as percepções que acerca o tema estivesse diretamente relacionado com a escolha futura da criança.

Pensando assim, a escola, de um modo geral, está organizada de forma seriada, seus conhecimentos são passados na medida em que vão sendo as crianças vão avançados em cada série, isso se explica que a escola tem ideia de que existe uma idade para cada conhecimento, que todas as crianças aprendem da mesma maneira e no mesmo ritmo que as outras, é como se estivesse um momento destinado para se tratar do assunto.

A professora, ao relatar sua experiência na educação infantil, afirmou

Margarida- “Já vivenciei diversas situações em que as questões de gênero estavam diretamente relacionadas a práticas discriminatórias. No cotidiano escolar, expressões como ‘isso é coisa de menino’ ou ‘isso é coisa de menina’ ainda são muito presentes, o que evidencia como os papéis de gênero são constantemente reforçados desde a infância.”(Relato de professora da Educação Infantil – Módulo III).

Assim, essa professora compartilhou uma situação vivenciada em sua prática docente que evidenciou a reprodução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar. Ao relatar uma reunião de planejamento para atividades relacionadas à Consciência Negra, a professora relatou:

Margarida- “Em uma reunião de planejamento, quando sugerimos a construção da boneca Abayomi, algumas colegas disseram que essa atividade seria mais adequada para as meninas, por se tratar de bonecas. Chegaram a comentar que seria preciso pensar em outra atividade para os meninos, como se eles não pudessem participar. Aquilo me chamou muita atenção, porque acaba reforçando essa ideia de que determinadas atividades são apropriadas para cada sexo”. (Professora da Educação Infantil-Módulo III).

A compreensão apresentada pela professora Margarida evidencia que os comportamentos atribuídos a meninos e meninas não são naturais, mas resultam de um processo de socialização iniciado desde a infância. Ao afirmar que as crianças são moldadas para seguir normas socialmente impostas, a docente reconhece que a sociedade estabelece expectativas distintas para cada sexo, definindo quais atitudes, brinquedos e formas de comportamento são consideradas aceitáveis.

Outra participante, identificada como Tulipa contribuiu para a discussão ao refletir sobre o papel da sociedade na construção dos padrões de comportamento atribuídos a meninos e meninas. Segundo ela,

Tulipa- “Desde cedo, as crianças são moldadas para seguir normas socialmente impostas, que determinam quais comportamentos, brinquedos e atitudes são considerados aceitáveis para cada sexo” (Professora da Educação Infantil-Modulo III)

Essa imposição social acaba sendo reproduzida no contexto escolar, muitas vezes de forma inconsciente, reforçando desigualdades e exclusões desde cedo. Nesse sentido, as oficinas do curso *Corpos e Diversidade*(CDE) possibilitaram às professoras um espaço de escuta, troca e problematização das práticas

pedagógicas cotidianas. A partir das discussões e dinâmicas propostas, as professoras passaram a reconhecer como determinadas escolhas aparentemente neutras como a organização das atividades, a seleção de materiais e a divisão de tarefas podem reforçar estereótipos de gênero desde a Educação Infantil

Foi possível perceber que as reflexões coletivas favoreceram a identificação de situações em que normas sociais são reproduzidas no ambiente escolar sem questionamento, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento e intencional sobre o fazer docente.

E como a busca por formações continuadas possibilitam que professoras compreendam a importância do aperfeiçoamento da formação docente, é preciso se pensar que essa formação não se refere a coleções de títulos ou certificações preciso considerar que essa formação não se refere à acumulação de títulos ou certificações, mas a um processo permanente de reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

As oficinas formativas do curso *Corpos e Diversidade na Educação* (CDE) constituíram-se como espaços privilegiados de reflexão e problematização das práticas pedagógicas das professoras participantes. Por meio das atividades propostas, nas discussões coletivas e das dinâmicas vivenciadas, as docentes foram convidadas a refletir criticamente sobre suas concepções de gênero, corpo e sexualidade, bem como sobre a forma como essas categorias atravessam o cotidiano da Educação Infantil.

Assim, a experiência vivenciada no curso possibilitaram às professoras a identificação de práticas naturalizadas e a compreensão de como determinadas ações, discursos e organização dos espaços escolares podem contribuir para a reprodução de estereótipos de gênero.

O curso não apenas possibilitou que as professoras revissem suas práticas pedagógicas cotidianas, como também favoreceu um processo de autoavaliação enquanto docentes comprometidas com a educação das crianças. As reflexões propostas ao longo da formação permitiram compreender como determinadas concepções sobre gênero, especialmente aquelas que limitam as vivências das meninas e dos meninos, acabam incidindo diretamente no fazer pedagógico. Nesse sentido, a busca por formações continuadas mostrou-se fundamental para tornar visíveis aspectos que antes passavam despercebidos na rotina escolar.

As professoras participantes reforçaram a importância de questionar práticas ainda consideradas naturalizadas, reconhecendo que tais ações produzem efeitos significativos no desenvolvimento infantil. As discussões promovidas no curso ampliaram o olhar docente, evidenciando que professoras que atuam com crianças pequenas podem e devem questionar suas práticas, fortalecendo o compromisso ético e pedagógico com uma educação mais equitativa. Ressalta-se, contudo, que abordar as temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional ainda se apresenta como um desafio, especialmente quando o trabalho se volta para a Educação Infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, conclui-se que a atuação docente na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, sobretudo no que se refere à promoção da equidade de gênero, uma vez que as práticas pedagógicas e as interações mediadas pelo/a professor/a influenciam diretamente a construção da identidade das crianças.

Retomando o problema que orientou esta pesquisa compreender se as práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil que participaram do curso *Corpos e Diversidade na Educação (CDE)* reproduzem estereótipos de gênero ou contestam o sexismo no cotidiano escolar, bem como de que forma a formação continuada influencia essas práticas, os resultados indicam que a formação continuada constitui um espaço fundamental para a ampliação do olhar crítico docente.

Foi possível atender ao objetivo geral ao analisar como as práticas pedagógicas das professoras participantes têm sido atravessadas por reflexões construídas no curso CDE, evidenciando movimentos de problematização de estereótipos naturalizados no cotidiano escolar.

No que se refere aos objetivos específicos, o levantamento das produções acadêmicas permitiu identificar lacunas e contribuições relevantes sobre gênero, sexualidade e formação continuada na Educação Infantil. A investigação das interações pedagógicas revelou que práticas cotidianas, como a organização dos espaços, o brincar e a linguagem, podem tanto reforçar quanto tensionar normas de gênero. Além disso, foi possível reconhecer que o curso CDE contribuiu significativamente para a construção de estratégias voltadas a uma educação antissexista.

A revisão bibliográfica buscou identificar os principais avanços e lacunas no que tange discussões acerca das relações de gênero na educação infantil. No entanto, foi encontrado um número reduzido de pesquisas, o que revela que ainda existe uma lacuna expressiva no aprofundamento de produções acadêmicas voltadas a discussões sobre gênero e na articulação entre Educação Infantil, sexualidade e formação continuada, o que reforça ainda mais a importância de ampliar investigações nesse campo e fortalecer o debate nas instâncias formativas.

A pesquisa possibilitou realizar um novo olhar sobre as formações continuadas e evidenciar o quanto a escassez de estudos sobre a temática limita o pesquisador/a refletir sobre o papel do professor/a no combate de estereótipos de gênero que muitas vezes são naturalizados nos espaços de Educação Infantil.

Na análise de produções acadêmicas que abordam a temática de gênero e sexualidade na Educação Infantil, demonstram que as práticas pedagógicas na Educação Infantil estão permeadas por discursos, normas e expectativas de gênero construídas socialmente, não sendo, portanto, neutras.

Evidencia-se que o brincar, a organização dos espaços escolares e as interações cotidianas desempenham um papel fundamental na constituição das identidades das crianças, podendo tanto contribuir para a reprodução de estereótipos quanto favorecer a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, inclusivas e sensíveis à diversidade.

Observa-se que a busca por formações continuadas contribui de maneira significativa para que os/as professores/as se aperfeiçoem constantemente, ampliando suas competências para lidar com situações complexas que emergem no cotidiano escolar, especialmente aquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, o curso CDE mostrou-se um dispositivo formativo necessário e relevante, ao possibilitar reflexões críticas, ressignificação de práticas pedagógicas e fortalecimento do papel docente.

A partir das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, foi possível compreender que as práticas pedagógicas na Educação Infantil não são neutras, mas atravessadas por concepções de gênero historicamente construídas e frequentemente naturalizadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que a formação continuada constitui um espaço fundamental para a problematização dessas práticas, especialmente quando promove reflexões críticas sobre corpo, gênero e sexualidade, como observado no curso Corpos e Diversidade na Educação (CDE).

As percepções das professoras participantes indicam que a formação possibilitou ampliar olhares, questionar estereótipos e repensar ações pedagógicas antes consideradas “naturais”, contribuindo para a construção de práticas mais conscientes e comprometidas com a equidade de gênero. No entanto, o estudo também revela limites, como a escassez de formações continuadas sistemáticas

sobre a temática e a necessidade de maior apoio institucional para a consolidação de práticas pedagógicas cotidiano escolar.

Dessa forma, compreende-se que investir em processos formativos continuados, contextualizados e sensíveis às realidades das professoras da Educação Infantil é um caminho potente para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com o respeito às diferenças desde a primeira infância.

Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de debates acadêmicos e para a ampliação de práticas pedagógicas que reconheçam as crianças como sujeitos de direitos, em sua pluralidade de corpos, identidades e modos de ser e viver.

REFERÊNCIAS

ALDUINO, Camila Campos Vizzotto. **Afinal, os anjos têm sexo?** Concepções e ações formativas sobre a sexualidade na infância em uma rede municipal de educação infantil. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, 2021.

ALTMANN, Helena. Educação sexual e primeira infância: limites e possibilidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 161–174, 1999.

ANTUNES, Leandro. **Compreensão de docentes de núcleos de educação infantil sobre educação sexual como subsídios a projetos de formação continuada.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade do Estado de Santa Catarina], 2023.

ARAÚJO, João Fernando de. **Entre bolas e bonecas, painéis e carrinhos:** percepções acerca das questões de gênero e sexualidade no trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Estadual de Londrina], 2021.

BARTOLINI, Patrícia. **Educação, gênero e sexualidade:** diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender.** New York: Routledge New York And London, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Keila Cristina Rocha. **Trajetórias formativas, gênero e subjetividade:** representações sociais de professoras da educação infantil. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Católica de São Paulo], 2023.

CARVALHO, Tuany Cristina. **Discursos de professoras da educação infantil a respeito das relações de gênero:** um olhar para os “cantinhos” pedagógicos. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Estadual de Ponta Grossa], 2021.

CRUZ, Claudia Silva Ribeiro. **Relações de gênero na educação infantil:** tensões contemporâneas e expressões de resistência de docentes da rede pública municipal de educação de Belo Horizonte. 2021. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

CORSARO, William **A Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, António Pedro; SOUZA, Francislê Neri de; SOUZA, Dayse Neri de (org.). **Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios**. v. 1. Aveiro: Ludomedia, 2014.

FARIAS, Ana Thamiris Batista de. **O brincar e as relações de gênero e sexualidade na educação infantil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de Paraíba], 2022.

FERNANDES, Noeli Aparecida. **Um estudo sobre as relações de gênero na educação infantil: o que as famílias têm a ver com isso?** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de São Paulo], 2021.

FINCO, Daniela. Educação infantil e gênero: brincadeiras, corpos e relações. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 151–181, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola**. Londrina: UEL, 1995.

FIORINI, Jessica Sampaio. **Educação sexual na escola: currículo e práticas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIKERT, Rensis. **A technique for the measurement of attitudes**. Archives of Psychology, New York, v. 22, n. 140, 1932.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHELON, Stefhani Dalla Nora. **Uma docência com infâncias atravessadas pelos diários visuais e/ou pelas questões de corpo e gênero**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de Santa Maria], 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. **Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas**. Fortaleza: UECE, 2004.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Thaís Villa. **Todas somos educadoras sexuais: a formação continuada na educação infantil pensa sobre isso?** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de Uberlândia], 2021.

PAVAN, Ruth. **Gênero e educação: desafios contemporâneos**. Curitiba: Appris, 2013.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

ROCHA, Priscila da Silva. **Gêneros orais na educação infantil: possíveis aproximações entre a prática pedagógica e o desenvolvimento da linguagem oral**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Federal de São João Del Reil], 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; ALBUQUERQUE, Zeila Sousa de (org.). **Corpos e diversidade na educação: caderno pedagógico**. EDUFMA, 2025.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul – RS**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, [Universidade Lasalle], 2022.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Bagaço, 2008.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. **Petrópolis: Vozes**, 2014.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. Brincar, aprender e ensinar: o lúdico na educação infantil. **Petrópolis: Vozes**, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, L.; ALTMANN, H. Gênero na Educação Infantil: desafios para a formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 143–160, 2016.

**APÊNDICE A -
ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO - Concepções das
docentes sobre Gênero e Sexualidade na Educação Infantil”**

1. Qual sua idade?

☐ Menos de 25

☐ 25–34

☐ 35–44

☐ 45–54

☐ 55 ou mais

2. Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?

☐ Menos de 1 ano

☐ 1 a 5 anos

☐ 6 a 10 anos

☐ Mais de 10 anos

3. Sua formação inicial ou situação atual é:

☐ Licenciada em Pedagogia

☐ Cursando Licenciatura em Pedagogia

4. Possui pós-graduação?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual? _____

5. Idade das crianças com as quais atua:

☐ Até 01 ano de idade

☐ Entre 01 e 02 anos de idade

☐ Entre 02 e 03 anos de idade

☐ Entre 03 e 04 anos de idade

☐ Entre 04 e 05 anos de idade

☐ 05 anos completos

6. Qual o caráter da instituição em que atua?

() Pública () Privada

7. Este é o seu primeiro curso sobre a temática de gênero na educação?

() Sim () Não

8. O que motivou sua participação neste curso?

() Interesse pessoal no assunto () Necessidade profissional ou capacitação

() Indicação de colegas ou instituição () Outro: _____

9. Como você compreende o conceito de “gênero”?

10. O que você entende por sexualidade?

11. Na sua prática cotidiana, como as discussões sobre gênero aparecem (ou deixam de aparecer) nas interações com as crianças?

12. Marque a opção que melhor representa a frequência com que cada situação acontece na sua rotina de trabalho.

a) Presencio falas como “isso é coisa de menino” ou “isso é coisa de menina” no cotidiano escolar.

b) Intervenho nessas situações, buscando desconstruir estereótipos de gênero.

c) Utilizo materiais pedagógicos que abordam a diversidade de gênero na Educação Infantil.

d) Promovo atividades que incentivam a equidade de gênero entre as crianças

e) Sinto-me preparada para promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade de gênero na Educação Infantil.

f) Enfrento dificuldades para tratar temas relacionados a gênero no contexto escolar

g) Os materiais didáticos e literários disponíveis na escola contemplam a diversidade de gênero.

Nunca() Raramente() Às vezes() Frequentemente() Sempre()

13. Quais aprendizagens do curso CDE você considera mais significativas para sua prática docente? (Pergunta aberta)

14. Durante o curso, houve alguma atividade da oficina que transformou sua forma de compreender o corpo, o gênero ou a sexualidade na escola? (Pergunta aberta)

15. Como as leituras e os debates do curso contribuíram para identificar práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar? (Pergunta aberta)

16. Para as afirmativas abaixo, marque a opção que melhor representa o seu grau de concordância dentre as afirmativas abaixo:

a) O curso me fez refletir sobre práticas pedagógicas que reproduzem estereótipos de gênero.

DT – Discordo totalmente()

DP – Discordo parcialmente()

N – Neutro()

CP Concordo parcialmente()

CT – Concordo totalmente()

b) O curso ajudou a desconstruir estereótipos que eu mesma reproduzia sem perceber.

DT – Discordo totalmente()

DP – Discordo parcialmente()

N – Neutro()

CP Concordo parcialmente()

CT – Concordo totalmente()

c) O curso proporcionou um espaço seguro para dialogar sobre vivências docentes relacionadas a gênero.

DT – Discordo totalmente() DP – Discordo parcialmente()

N – Neutro() CP Concordo parcialmente()

CT – Concordo totalmente()

d) As atividades articularam bem a teoria com a prática pedagógica.

DT – Discordo totalmente() DP – Discordo parcialmente()

N – Neutro() CP Concordo parcialmente()

CT – Concordo totalmente()

17. Quais desafios você identifica na implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatem estereótipos de gênero no contexto escolar?

18. A sua participação no curso influenciou o modo como você enxerga o papel da escola na promoção da equidade de gênero?